

MARCOS JORGE

ALBERTO TORRES E AS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES TEÓRICAS  
SOBRE A EDUCAÇÃO E A “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL  
(1909-1915)

Departamento de Filosofia e História da Educação  
Campinas-1997

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	J768a
V	Ex
TOMBO BC/	32105
PROC.	281/97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/11/97
N.º CPD	

CM-00102429-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

J768a

Jorge, Marcos

Alberto Torres e as primeiras formulações teóricas sobre a educação e a "questão social" no Brasil (1909-1915) / Marcos Jorge. -- Campinas, SP : [s.n.], 1997.

Orientador : Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Torres, Alberto. 2. Educação rural - História - 1909-1915. 3. Educação - História - República Velha, 1889-1930. 4. Brasil - Questão social. 1822-1889. I. Xavier, Maria Elizabete Sampaio Prado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.


Este exemplar corresponde à redação final da  
Dissertação defendida por Marcos Jorge e  
aprovada pela Comissão Julgadora.


Data: 20/08/97

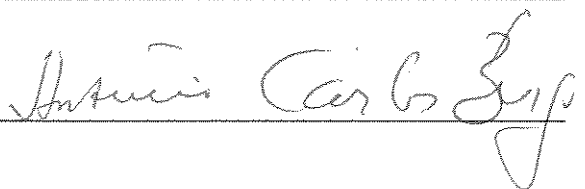
Assinatura: 

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO na Área de Concentração Filosofia e História da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Profª Drª Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier. *OK*

Comissão Julgadora:

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

  
\_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Um muito obrigado à Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier pela competente e paciente orientação. Pela amizade e as lições que tão delicadamente me ensinou

À Silvana Fernandes Lopes pelo companherismo, apoio e principalmente pela insistência gentil com que sempre procura me indicar novas rotas.

À Francis e à Dona Bela, pela amizade e hospitalidade de todos os momentos.

À Nana, ao Mauro, Antonio Carlos e Cristina.

Agradecimentos às funcionárias da Pós-FE: Ana Maria, Marina e D<sup>a</sup> Maria.

À Nadir da Pós-FE por todos os favores.

Obrigado à Maria do Carmo (Pós-Fe) pela amizade de uma década e o incentivo durante todo o tempo.

À Célia (sala de informática) pelas gentilezas.

Ao Gil e funcionários da Biblioteca pela atenção.

À CAPES pelo auxílio que possibilitou a realização deste trabalho.

A todos aqueles que direta e indiretamente me ajudaram muito obrigado.

## **RESUMO**

O trabalho buscou analisar nos estudos socio-históricos de Alberto Torres, os primeiros fundamentos teóricos da abordagem da Educação e da “Questão Social” da “República Velha”.

Num segundo momento, pretendeu discutir os temas abordados numa perspectiva contemporânea e estabelecer uma análise aproximativa entre esses diferentes momentos históricos.

Finalmente procurou avaliar o agravamento da questão social nos últimos tempos, bem como o comportamento das elites na sua apreensão e tentativas de solução.

# SUMÁRIO

## Introdução

1.1 A Realidade Atual e o Problema	1
1.2 O Objeto da Pesquisa	10
1.3 A História como Referência da Pesquisa	14
1.4 O Contexto da Pesquisa	19
1.5 O Objetivo da Pesquisa	26
1.6 Procedimento e Apresentação dos Resultados	27

## Capítulo Primeiro: Alberto Torres e a Crítica Social das Primeiras Décadas do Século XX

1. Alberto Torres e sua Época	28
2. Alberto Torres e os seus Temas: Propriedade Latifundiária/Industrialização; Raças/Desigualdade Social	41

## Capítulo Segundo: Alberto Torres a Educação e a “Questão Social”

1. O Pensamento Político Social de Alberto Torres	52
2. O Pensamento Educacional de Alberto Torres	67
2.1 Educação e Patriotismo	75
2.2 Educação e Elites	79
2.3 Educação e “Questão Social”	85

## Conclusões

1. A “Questão Social” Ontem e Hoje: a Lição de Alberto Torres	91
---	----

## Referências Bibliográficas



## **1. Introdução**

### **1.1 A Realidade Atual o Problema**

Talvez, para o mundo do trabalho, o acontecimento mais marcante das quatro últimas décadas do século XX, foi o enorme refinamento que a revolução tecnológica<sup>1</sup> — impulsionada pela eletrônica e informática — proporcionou no redimensionamento das relações de produção atuais, e que acabou gestando e consolidando a globalização como a fase mais recente do capitalismo.

O fato deste processo de transição, na sua gênese, apresentar-se multifacetado dificulta um diagnóstico seguro de suas consequências a longo prazo, ao mesmo tempo em que nos coloca diante de um estado de permanente ansiedade em relação ao futuro próximo: aquele cenário donde, no mínimo, as máquinas, no lugar dos homens, estarão produzindo bens e serviços na plena capacidade de seu potencial.

É inegável que o que hoje se desenrola no mundo capitalista ocidental colocará os homens do próximo milênio diante de um "admirável" mundo novo, de consequências ainda imprevisíveis. Essa perspectiva levou um sociólogo a afirmar:

---

<sup>1</sup> Trata-se de sublinhar aqui o desenvolvimento das ciências exatas, e mais particularmente a sua aplicação a sistemas de informação, com a criação do computador em fins da década dos 50, o seu aperfeiçoamento nos decênios seguintes e, posteriormente, a extensão do uso da robótica, dos computadores pessoais e dos sistemas informacionais, em praticamente todos os aspectos da vida das sociedades ocidentais moderna.

... ainda que não seja visível para muitos de nós, e para muitos em vários campos e setores, e em vários países, não há dúvida que estamos vivendo um momento de ruptura histórica. Ruptura histórica é uma expressão que sintetiza transformações muito aceleradas e profundas que estão ocorrendo nas últimas décadas do século XX. É evidente que essa ruptura nem começou nem vai terminar num dia marcado. Ela está em marcha, foi germinada no curso de décadas anteriores, e há ressonâncias até de séculos, mas não há dúvida de que houve uma virada no mundo neste último momento do século XX. [...] Nesse sentido é que eu acho que vivemos um período excepcionalmente problemático, um terremoto que não terminou e que abalou quadros sociais e mentais de referência. Isto é, as categorias que usávamos para pensar o mundo no direito, nas ciências sociais, na economia, na sociologia e na política ficaram profundamente abaladas. (IANNI, 1996)

Contudo, esses desdobramentos das relações capital – trabalho apresentaram a vantagem de nos libertar de qualquer euforia quanto à propalada idéia de que a utilização, em larga escala, das tecnologias proporcionaria ao trabalhador mais ganho e tempo para o lazer. É com pessimismo que testemunhamos hoje o alto custo social que essa terceira revolução tecnológica cobra para se consolidar, e que as previsões otimistas de mais salários e horas de ócio não serão a herança que a imensa maioria dos trabalhadores vão compartilhar.

Produto desses "reajustes" estruturais do sistema econômico<sup>2</sup>, o quadro mundial dos indicadores sociais dos anos 90 se apresenta convulsionado por altas taxas de desemprego da mão de obra especializada; por volta de 10% da PEA no hemisfério norte (acima de 20% na Espanha)<sup>3</sup> e taxas próximas

---

<sup>2</sup> PFAFF, William. *Globalização, uma moda passageira*. In: O Estado de São Paulo, Espaço Aberto, p. A2, 31.03.96.

<sup>3</sup> OECD in Figures. Supplement to the OECD OBSERVER n° 194 - june/july, 1995.

destes números nos “países em desenvolvimento” (Brasil: 5,31% - Chile: 5,9% - Argentina: 10,1% - Colômbia: 7,6% )<sup>4</sup>.

Por outro lado, os grandes centros urbanos se transformaram em palcos sombrios — muitas vezes comparados a um cenário de guerra — devido à convivência permanente com a explosão da criminalidade, dos negócios ilícitos (tráfico, contrabando, sequestro, prostituição etc...), das levas de desempregados que se alistam nas mais variadas formas de atividades do mercado informal de trabalho<sup>5</sup>, da presença cada vez mais acentuada do "crime-mirim" — crianças e adolescentes inseridos e reproduzindo o cotidiano de violência em que foram jogados, numa dinâmica que os transforma em vítimas e algozes.

A esse quadro, acrescente-se ainda o crescimento de favelas, guetos, cortiços e, paralelamente, a banalização do fato de cada vez mais pessoas fazerem das sarjetas, marquises de edifícios, baixos de pontes e viadutos suas moradias permanentes.<sup>6</sup>

No plano político-econômico, as acomodações ao novo paradigma de organização da economia baseiam-se num conjunto de medidas que visam principalmente a reestruturação do Estado, tendo como uma das metas

---

<sup>4</sup> *Bulletin des Statistiques du Travail* - Bureau International du Travail - Genève, p. 37-48, 1995/4.

<sup>5</sup> IANNI, Octávio. *A Cidade Global*. In: Vozes Cultura, Rio de Janeiro - p.25-39, nº 2, mar./abr., 1994.

<sup>6</sup> SCARDUELLI, Paulo. *Prostituição Infantil: Retrato Vergonhoso*. In: Problemas Brasileiros, São Paulo - nº 306, p. 5-14, nov./dez. 1994. CONTADOR, Paulo. *No Reino dos Desiguais*. In: Problemas Brasileiros, São Paulo - nº 311, p. 4 -7, set./out. 1995.

medidas de “austeridade” econômica, que se concretizam em profundos cortes de recursos públicos.

Restringindo-nos aos propósitos deste trabalho, interessa-nos sublinhar os efeitos que essas medidas produzem em nível social: a reorientação de programas de atendimento em diversas áreas, tais como saúde, moradia, educação, educação infantil, transportes e, sobretudo, previdência e assistência social, além da supressão de investimentos estatais no setor produtivo.<sup>7</sup>

Implementar esses “ajustes” requer dos governos uma base política de perfil muito particular, aliada a uma opinião pública que esteja mobilizada principalmente pelos imediatismos do dia-a-dia, e que se constitui numa vítima fácil de um discurso que veicula a receita da “autoridade” como solução para os problemas mais urgentes da sociedade.

---

<sup>7</sup> A esse respeito, gostaríamos de citar alguns dados contidos In: *Tendências Econômicas e Sociais na América Latina e Caribe: em gráficos!* Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. – [Santiago de Chile]: CEPAL; Rio de Janeiro: IBGE: CORECON RIO, 1996.p.51-63.

a) Observou-se, na maioria dos países da região, forte declínio da taxa de crescimento demográfico. b) A ocupação da força de trabalho cresceu essencialmente em atividades informais e em empresas privadas pequenas. c) Poucos países, Uruguai e Colômbia, tinham, em 1992, uma distribuição de renda menos ruim do que em 1980. d) Comparado com o início dos anos oitenta, o número de países que haviam reduzido o valor dos gastos por habitante em saúde, educação e habitação era maior do que os que haviam aumentado. e) Os impostos indiretos, sobre o consumo, são muito maiores que os impostos diretos, sobre a renda, afetando negativamente a população de menor renda. f) A proporção dos lares que vivem em condições consideradas inferiores à linha da pobreza é maior nos anos noventa do que em 1980, por causa da ampliação da pobreza urbana. g) Cresceu consideravelmente a proporção dos lares urbanos em que a mulher passou a contribuir para o orçamento familiar em conjunto com o cônjuge. h) Tal como em 1980, em 1992 cerca de 15% dos jovens urbanos, homens solteiros e não autônomos que vivem com suas famílias de origem, não estudavam nem trabalhavam, ou seja, não adquiriam capital educativo nem habilidades produtivas. A situação de improdutividade é muito mais acentuada nos extratos de mais baixas rendas; cerca de 25% do total.

i) Apesar de alguma melhoria desde 1980, em 1992 cerca de 40% dos jovens entre 20 e 24 anos que não mais estudavam tinham menos de 10 anos de escolaridade. Nos lares mais pobres a escassez de capital educativo é muito mais acentuada, cerca de 60% desses jovens.

Assim, não é mera coincidência que, a cada nova jornada eleitoral brasileira, o indefectível binômio violência /segurança reapareça com veemência nas campanhas dos partidos políticos mais conservadores, e também esteja presente, ainda que de forma atenuada, em quase todos os espectros políticos-ideológicos, desvinculado de qualquer outra avaliação que pudesse inserí-lo em âmbito mais amplo que o policial-repressivo.

Nesse processo de transição do capitalismo mundial, nota-se também um retorno recrudescido de movimentos extremistas, que vêm nos marginalizados pelo modelo a causa do quadro deletério da vida nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, há um forte apelo negativo em relação a minorias raciais, pobres e miseráveis em geral, que serve para dissimular as imposições dos grandes grupos econômicos e suas responsabilidades na atual configuração do mundo moderno.

Inserida nessas transformações, a sociedade brasileira reproduz os valores daqueles interesses dominantes e, tal como nos discursos públicos do início do século, temos atualmente uma significativa unanimidade na suposição de que a questão social, decorrente das acomodações aos

mecanismos impostos hoje pela globalização, deva ser tratada como um "caso de polícia"<sup>8</sup>.

Muitas das concepções autoritárias<sup>9</sup> gestadas no início do século, período que tomamos para estudo, sobrevivem no senso comum e parecem balizar tanto a opinião pública como as propostas governamentais. Se nos seus primórdios o pensamento autoritário caracterizava-se por um isolamento radical, as conjunturas que se seguiram favoreceram não só a sua sobrevivência, como lhe forneceram condições para tornar-se uma doutrina de Estado, que se incrustou no seu aparelho, ao longo das décadas.

A conjuntura atual, como assinalamos, reflete o quadro de grandes transformações na esfera da produção, e suas consequências sociais mais imediatas estão repetitivamente destacadas nos documentos oficiais dos governos, dos fóruns, das agências internacionais e das ONGs: diminuição dos postos de trabalho, desregulamentação trabalhista, queda do poder aquisitivo, redução dos direitos e da proteção social, criminalidade, miséria, mortalidade

---

<sup>8</sup> A esse respeito, DEAN (1996) aponta: "Fizeram-se pouquíssimas concessões à classe operária durante a República Velha. Cumpre notar que a famosa frase de Washington Luis, emitida durante a sua campanha para governador, segundo a qual *"a questão social era um caso de polícia"*, pretendia ser uma expressão liberal — a saber, que não se tratava de um problema de segurança nacional, mas apenas de uma tarefa administrativa".

<sup>9</sup> BOBBIO et al. (1994) afirma que os termos autoritário e autoritarismo são empregados em dois contextos, a) estrutura dos sistemas políticos e b) ideologias políticas. Embora exista um ponto convergente assumido pelos termos, nesses contextos, ou seja, "privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas [...] isso não implica plena coerência de significados" Quanto ao uso dos conceitos adverte para "as fronteiras pouco claras e muitas vezes até instáveis em relação aos diferentes contextos".

infantil, concentração de renda e tantas outras que, diariamente noticiados pelos jornais, já perderam seu impacto mobilizador.<sup>10</sup>

Nesse contexto, explodem quase que diariamente manifestações descaradas de ideologias racistas, movimentos de caráter separatista e xenófobo, e a emergência de partidos políticos de extrema-direita. Concomitantemente assistimos renascer, na opinião pública, um clamor por aquilo que FINKEL (1990) caracteriza como "governos fortes e socialmente autoritários", identificados como solução de controle desses cenários de desespero.

A cena pública dos dias atuais traz à tona um impasse político de contornos preocupantes e perigosos: coloca-se em questão a capacidade dos sistemas democráticos ocidentais de absorver essa dinâmica de empobrecimento, exclusão e marginalidade de grandes contingentes populacionais, ao mesmo tempo em que se impõe, em nome dos "reajustes", a liberdade na esfera das relações de mercado, o que propicia a formação simultânea de fortunas para poucos e de miséria para milhões de pessoas.

A julgar pelo passado, essas premissas autoritárias concebem as transformações da era moderna como patrimônio desfrutável para uma pequena parcela da sociedade, e a exclusão se combateria com algumas medidas de

---

<sup>10</sup> PASSETTI, Edson. *Os Novos Miseráveis*. In: São Paulo em Perspectiva — Revista da Fundação SEADE — São Paulo, Vol. 8, nº3, p. 48 - 55, jul./set. 1994.

cunho compensatório, assistencialista, filantropistas e. policiais!<sup>11</sup>

Seria conveniente apontar que não só direitos sociais historicamente conquistados pela classe trabalhadora estão se perdendo, como entra em colapso uma certa tradição liberal de confiança na capacidade fiscalizadora do Estado-Nação e, portanto, nos preceitos democráticos do liberalismo, que até então vinham servindo de sustentáculo às necessidades políticas e econômicas do capital. Entra em crise, ao que tudo indica, o suporte ideológico que permitiu refrear e controlar as lutas sindicais, até a sua consequência máxima, em termos de distribuição de renda, consubstanciada no Estado do Bem-Estar, amortecedor das insatisfações sociais.

No fundo, reafirmamos, o que se assiste é o questionamento da viabilidade dos direitos individuais daqueles que foram deixados à margem do sistema, e a sua substituição pela tutela de um Estado “minimamente” atuante, na sua capacidade assistencial, e “forte”, agora não mais no sentido de outrora, como interventor nas questões econômicas, mas no aspecto que se torna mais visível a cada momento: o de manter a organização da sociedade livre de convulsões políticas e sociais, “situações incertas e desestabilizadoras”, quando vistas da perspectiva dos invisíveis “agentes econômicos” e seus

---

<sup>11</sup> Com os exemplos vindos atualmente da República Popular da China e dos chamados “tigres asiáticos”, e num passado próximo do Chile, emerge com relativa frequência, em círculos da opinião pública brasileira, uma dúvida: ainda seria válida ou viável a proposta de compatibilizar crescimento econômico e liberdade democrática? Os constantes conflitos de ruas na Coreia do Sul, a repressão chinesa a dissidentes do regime e a explícita tutela militar do ex (?) ditador Pinochet às instituições democráticas da sociedade chilena, seriam apenas efeitos geograficamente localizados de oposição à globalização, ou poderíamos enxergá-los como preâmbulos de uma corriqueira prática política dos anos próximos?



polpudos capitais financeiros, necessitados apenas da “placidez dos cemitérios” para a continuidade da sua reprodução globalizada.<sup>12</sup>

O século XX, ao seu final, na observação de Eric Hobsbawm, está indiscutivelmente confirmando a constatação de Marx acerca do caráter “pendular” das crises capitalistas. Ao contrário das vozes que apostam no momento de prosperidade do capitalismo nos dias que correm, é impossível não refletir sobre a lúcida observação daquele historiador:

Na década de 1980 e início da de 1990, o mundo capitalista viu-se novamente às voltas com problemas da época do entreguerras que a Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado. (HOBSBAWM, 1995, p. 19)<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> Sobre o caráter aparentemente contraditório do aparecimento de um “Estado Mínimo”, aliado ao fortalecimento do Governo estabelecido, FINKEL (1990) refere-se à onda crítica realizada pelos monetaristas ao Estado de Bem Estar (keynesianismo), estruturada ao longo da década dos 70, e denominada “Nova Direita”. A autora aponta, nesse movimento, a coexistência de dois pólos atuantes, com “núcleos de princípios”, muito distintos fundamentando suas respectivas propostas.

O pólo dos neoliberais, que privilegiam o papel do indivíduo, da liberdade de escolha, da sociedade de mercado, do *laissez-faire* e o Governo mínimo; e, no outro extremo, os neoconservadores, que valorizam A Nação (em contraposição ao indivíduo), a hierarquia e subordinação (em oposição à liberdade de escolha), a sociedade disciplinada (contrária à sociedade de mercado), o autoritarismo social (oposto ao *laissez-faire*) e, finalmente, o Governo forte (antítese do Governo mínimo). Para a autora, “os neoliberais estão muito próximos da sociobiologia, à qual se apela crescentemente nas explicações vulgares das diferenças sociais”; “os neoconservadores, pelo contrário, têm uma postura muito menos biologistas, já que para eles a natureza humana se constrói essencialmente nas instituições sociais”. Desse modo, a contradição inicialmente colocada explica-se pelo fato de que, embora distintas e contraditórias em seus princípios, ambas as correntes dessa “New Right” concordaram num ponto central, o restabelecimento da “disciplina social a qualquer preço”.

<sup>13</sup> A expressão “Era de Ouro”, contida na citação, refere-se a um período que se estendeu de meados da década de 50 até 1973, onde se constatou uma singular e “excepcional” prosperidade em termos materiais e bem-estar social. Entretanto, é oportuna a advertência do autor: “Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos”. (HOBSBAWM:1995, op.cit. p.19)

Desse modo, compreendidas as preocupações iniciais e as circunstâncias históricas que ensejam este trabalho, e que pretendemos justifiquem sua pertinência, passamos a considerar o recorte da investigação a ser realizada.

## **1.2 O Objeto de Pesquisa**

Durante muito tempo, os trabalhos de pesquisa que se debruçaram sobre a história das idéias políticas do Brasil mantiveram - se restritos aos períodos da Revolução de 30, do Estado Novo, e do pós-guerra.

Nas décadas seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial, quando começaram a se estruturar as pesquisas sociológicas no país, RAMOS (1957) seria um dos primeiros autores a resgatar criticamente a obra dos teóricos da Primeira República, entre eles Alberto Torres.

Em meados da década de 70, guiados pela necessidade de reavaliar as análises historiográficas produzidas pela intelectualidade brasileira nos anos 50 e 60, surgiram ensaios de intelectuais, como LAMOUNIER (1977)<sup>14</sup> e SANTOS (1978)<sup>15</sup>, que discutiam a gênese e a prática das ciências sociais no Brasil, bem como as bases em que se apoiavam os nossos estudos históricos e sociológicos, antes de estabelecidos os “modelos sistematizados” das pesquisas acadêmicas.

---

<sup>14</sup> LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República*. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Republicano II*, 2 - Sociedade e Instituições, 2ª ed. São Paulo: Difel, 1977.

<sup>15</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme. *Paradigma e História: A Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira* In: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

Para tanto, esses estudiosos foram levados a redescobrir os pensadores brasileiros que tiveram, como marco de suas carreiras intelectuais, a militância abolicionista e republicana, e serviram dessa referência como suporte para um exame das instituições brasileiras, que apontasse suas incongruências, e indicasse possíveis soluções para a sua reforma. Foi dentro desse contexto de busca da produção sócio-histórica brasileira que os trabalhos de Alberto Torres foram recuperados.

Ao longo dos anos 20, encontramos inúmeras referências a esse autor, em trabalhos de intelectuais que problematizavam a sociedade brasileira, pensando remodelar seu futuro através de um programa educacional. Vicente Licínio Cardoso, no prefácio à primeira edição de “*À Margem da História da República*”, ao apresentar os autores que faziam parte daquela edição comemorativa ao centenário da Independência, como homens pertencentes à “geração que nasceu com a República”, inventaria as hostes de intelectuais nas quais se sustentaram:

Agrupados, apresentam todos uma característica comum: não estão presos a nenhuma escola européia, ou filiados a nenhum sistema importado. Leram Spencer, Comte, La Play, Karl Marx e outros, mas, contrariamente aos predecessores da geração passada, não são ortodoxos. Leram e admiraram, por outro lado, o nosso Alberto Torres, mas nenhum se intitula seu discípulo. Descobriram-no de per si, isoladamente, cada um a seu tempo. E quando se encontraram na vida, verificaram todos que tinham um ascendente espiritual comum. Meditaram em suma sobre a obra daquele nosso pensador político que não havia sido lido nem mesmo lida com atenção pela geração que os precedera, São brasileiros: pensam pois como brasileiros, americanos, latinos e tropicais.(CARDOSO, 1990, p.12).

No clássico texto de Carneiro Leão, “*Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras*”, é quase impossível não relembrar as recomendações de Alberto Torres (uma vez que as palavras são praticamente as mesmas!) naquilo que Carneiro Leão aponta como sendo os compromissos históricos dos intelectuais da sua geração:

Todos os povos devem buscar nas suas próprias forças as energias capazes de fazê-los progredir. Para tanto é indispensável que se estudem e se conheçam com precisão. No nosso país precisamos de cultura física, higiênica, profissional, mental, moral, social, política e cívica. Quem diz educação, diz formação, diz organização, diz adaptação. Formar a nacionalidade e o país, organizá-los e adaptá-los à hora atual do mundo são os fins da cultura que proclamo. (CARNEIRO LEÃO, 1990, p.16)

Essa mesma influência se verifica ainda no “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*”, de 1932, nas bases em que se fundamentaram as críticas dos liberais signatários do documento, à situação educacional da época:

A instrução pública não tem sido, entre nós, na justa observação de Alberto Torres, senão um “*systema de canaes de exodo da mocidade do campo para as cidades e da producção para o parasitismo*”. É preciso, para reagir contra esses males, já tão lucidamente apontados, pôr em via de solução o problema educacional das massas ruraes e do elemento trabalhador da cidade e dos centros industriaes ...<sup>16</sup> [grifo no original]

Nessa influência e na redescoberta mais recente (anos 60) dos intelectuais do início do século, pudemos observar o quanto o pensamento de

---

<sup>16</sup> O *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. v.65, n° 150 (maio-agosto 1984). Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. p.407-25.

Alberto Torres sobreviveu, superando barreiras de tempo e espaço, até encontrar, em instituições respeitadas do *establishment* empresarial brasileiro, leitores que o consagrariam – nos anos 70 – como ecologista!<sup>17</sup>; reflexo condicionado de um descarado impulso de tentar “ler textualmente” as idéias do autor, nas condições econômicas, políticas e sociais do mundo naquela década.

É interessante verificar ainda a contribuição que nele busca um autor como Caio Prado Júnior, em *O Problema Nacional Brasileiro*, cuja primeira edição data de 1914, para sedimentar um aspecto relevante de seus estudos: a análise da vida social e política do sistema colonial brasileiro, a partir da organização do trabalho escravo:

Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social [do sistema colonial] não serão senão os primários e mais rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e produção: em particular, a subordinação do escravo ou do semi-escravo ao seu senhor [...]. É neste sentido que não faltaria razão a Alberto Torres, quando num aparente paradoxo que escandalizaria seus contemporâneos, ele levanta a voz para fazer a apologia, não como escravocrata, mas pela primeira vez como sociólogo, do regime servil: “*A escravidão foi uma das poucas coisas com visos de organização que este país jamais possuiu... Social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, todo o esforço de toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos*”.

---

<sup>17</sup> “Ainda em setembro de 1974, na *Carta Mensal* da Confederação Nacional do Comércio, Edgard Teixeira Leite reivindicava para Alberto Torres a condição de ecologista, a propósito de opúsculo *As Fontes da Vida no Brasil*, publicado em 1915. Com isso, conferia-lhe mais um título prestigioso, o de precursor de uma ciência ultramoderna ao “grande pensador, maior dos maiores nascidos no Brasil”: “na realidade não é apenas como ecologista que Alberto Torres se destaca entre os pensadores do Brasil. Ele se situa como um dos precursores do conservacionismo, como tem insistentemente proclamado o ilustre técnico de problemas agrários, Dr. Wanderbilt Duarte de Barros, estudioso das obras do Mestre Fluminense”. (MARTINS, 1977-78b, p.1)

Para constatar o acerto da observação, basta-nos comparar os setores da vida colonial em que respectivamente domina uma e outra forma de trabalho, escravo ou livre. À organização do primeiro, à sua sólida e acabada estruturação e coesão, corresponderá a dispersão e incoerência do outro.[...] Fica-se em suma na tentação de generalizar ainda mais o conceito de Alberto Torres, e não ver na servidão senão o *único* elemento real e sólido de organização que a colônia possui. [grifos do autor](PRADO JR., 1945, p.340-41)

O exame dos textos de Alberto Torres insere-se numa proposta de estudo que se dispõe a analisar o que se convenciou chamar de "pensamento político autoritário brasileiro da Primeira República", cuja influência não parece totalmente esgotada, dado que constantemente resgatadas na literatura social brasileira do século XX. Sua assimilação em períodos posteriores revela a resistência desse "autoritarismo esclarecido", e aponta para o aspecto pragmático que tais valores e formulações carregam, enquanto um argumento que, embora "antigo", adequa-se à explicação do "novo".

Inserida em tempo e espaço peculiares, a sociedade brasileira e suas instituições ainda procuram, neste final de século XX, suas formas, seus contornos e seus valores, dentro de uma totalidade que lhe molda as feições: o movimento do capitalismo internacional.

### **1.3 A História como Referência da Pesquisa**

A história brasileira vem registrando a luta de diferentes projetos de desenvolvimento<sup>18</sup> — alguns de pretensões muito amplas, buscando uma maior autonomia (e, pode-se dizer, amargando sucessivas derrotas), outros

---

<sup>18</sup> LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização no Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

mais tímidos. O fracasso desses projetos emancipatórios inaugura-se com a assinatura do “Tratado de Methuen”, em 1703 (acordo essencialmente econômico, embora de base política, celebrado entre Portugal e Inglaterra), que fundaria o neocolonialismo, destruindo as possibilidades de uma produção endógena que viesse a balançar nossa dependência com relação à metrópole portuguesa, e aos comerciantes de Londres, após a Independência.

O Império esmagou movimentos que buscavam autonomia, no que se refere a nossa organização econômica, em relação aos pólos externos de dominação. Muitos foram derrotados pelas armas, outros, como no caso do projeto industrialista de Mauá, foram vítimas de artimanhas dos bastidores e da corrupção, sustentadas pelos interesses ingleses.

Com a República, o final do século XIX viu renascer sonhos e esperanças de realizar, sob os presságios do movimento de 15 de novembro, o tão sonhado e prometido “país do futuro”. Entretanto, é difícil não admitir o fracasso do projeto republicano representado pela “República Velha”, dominada pelas oligarquias avessas a qualquer vibração que viesse a ameaçar seus campos e fazendas, firmes no seu papel de fiadoras do país agrário, e mendicantes das praças bancárias internacionais.

Olhando em retrospecto, vêem-se projetos políticos e econômicos que ficaram em haver: em 30, com Vargas, no pós guerra de 45, a promessa dos “50 anos em 5” de Juscelino, as “reformas de base” dos anos 60, o “milagre” pós-64 e a “Nova República”, que hoje desemboca na “globalização”.

Atualmente, o rol dos históricos problemas sociais brasileiros é extensíssimo, na sua variedade, e é insignificante no que se refere às suas soluções. Eis o dilema com que se depara a sociedade brasileira, ao longo de sua formação: a busca de uma fórmula que consolide, em nossas paragens, as instituições capitalistas e a dinâmica das suas matrizes internacionais, que garantem produção e distribuição de riqueza.

HOBSEBAWM (1995) afirma que vivemos hoje num eterno presente e que, para as gerações mais novas, não há sentido algum nos acontecimentos históricos passados a 30, 40 ou 50 anos. Isso é que torna compreensível o fato de um estudante “americano médio” indagar-lhe se, quando se fala numa Segunda Guerra Mundial, significa que houve antes uma “primeira guerra mundial”? Para esse historiador, essa pergunta revela que

... a destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubre do final do século XX. (HOBSEBAWM, 1995, p. 13)

O passado, enquanto experiência coletiva, parece ter perdido seu significado de orientação para pessoas que não reconhecem datas, monumentos e personagens históricos e, portanto, estão desprovidas da consciência das relações que se estabelecem entre o passado e o presente, em suas vidas.

Diante desse estado de coisas, a pergunta que nos desafia é: qual seria a importância de ler Alberto Torres nos dias de hoje, como referência para a compreensão dos nossos problemas sociais e educacionais? Admitindo seus



riscos, ousamos afirmar que as questões sociais atualmente colocadas não são de natureza radicalmente diferentes daquelas desse passado recente, uma vez que se explicam não só pela lógica própria da acumulação capitalista (a exploração da mais-valia), mas derivam do desenvolvimento do capitalismo internacional, com o agravante de que agora, nesse suposto “fim da história”, descartam-se soluções “nacionalistas”<sup>19</sup>

Nessa direção, KURZ (1993), um crítico do processo de globalização da economia, sentencia:

O que hoje faz sofrer as massas do Terceiro Mundo não é a provada exploração capitalista de seu trabalho produtivo, conforme continua acreditando, de acordo com a tradição, a esquerda, mas sim, ao contrário, a ausência dessa exploração. Por isso, também não pode haver nesses países uma reforma social social-democrata burguesa. Ninguém “precisa” da grande maioria dessas massas desarraigadas, levando esta parte uma vida miserável e improdutiva fora de qualquer estrutura de reprodução coerente. [grifo do autor] (KURZ, 1993, p.194-5)

E, dando um tratamento contemporâneo à questão, completa:

Até a ascendente Coréia do Sul, com sua prosperidade temporária e seu sucesso nos mercados de exportação, mandou demolir com tratores favelas inteiras de sua capital Seul e expulsar os moradores, por ocasião das Olimpíadas de 1988, para não ter que revelar ao mundo a face leprosa de seu rosto. (KURZ, 1993, p.195)

A proposta deste trabalho é, através da obra de Alberto Torres, buscar um olhar determinado sobre os problemas sociais do Brasil republicano; uma

---

<sup>19</sup> A “internacionalização” da questão social contemporânea é uma premissa contida em IANNI (1996) onde o autor denuncia o contingente cada vez maior de “desempregados vivendo uma situação de sub-classe [...] expulsos da estrutura de classes e vivendo à margem”, como um fenômeno não mais restrito ao “Terceiro Mundo”, mas ao mundo ocidental como um todo: “a emergência da questão social não mais em termos nacionais e, sim, em termos mundiais.”

leitura da questão social e do papel da educação na solução problemas nacionais, que expressava, naquele momento, o que se convencionou denominar “autoritário”. Entendemos que a “questão social”, que aí emergia, era consequência direta, tal como aquela que aparece hoje, da evolução histórica do capitalismo nos pólos periféricos. (VIEIRA,1992). Entender como foi apreendida, política e teóricamente, naquela situação histórica particular, parece-nos ser um ponto de partida para entender essa questão em sua configuração atual, quando assume maior complexidade.

No passado que delimitamos para estudos, a situação de pobreza das massas trabalhadoras não era um tema colocado pelas elites políticas econômicas e culturais como uma questão de sua responsabilidade, mas era vista como “caso policial”. Nos dias atuais, esse mesmo estado de penúria e abandono dos trabalhadores é encarado como “efeito colateral” de um processo inevitável, pautado (fazendo uso de uma expressão bastante contemporânea) pela “lógica do mercado”, expressão que serve para encobrir responsabilidades concretas de seres concretos, ou para camuflar a omissão do Estado, como órgão que deveria minimizar os efeitos indesejáveis do progresso capitalista que garante.

A nossa proposta consiste em investigar as relações históricas entre as condições políticas e sociais do período, típicas da sociedade agro-exportadora, as transformações da base econômica operadas no período e a emergência de um pensamento politicamente autoritário. Acreditamos que nelas se expressavam uma nova etapa do capitalismo, já de cunho imperialista,

que definiria o papel da ordem econômica e social capitalista brasileira no contexto mundial.

A produção de um pensamento político autoritário como crítica à doutrina liberal, instrumento ideológico das nações européias no seu processo de conquista de influência político-econômica pelo mundo afora, aparece como uma reação ao caráter “antinacional” que o sistema econômico e político assumia, em definitivo, nessa fase final da consolidação do capitalismo em nosso país.

Neste trabalho, o recorte recai sobre as preocupações sócio-educacionais explícitas e/ou implícitas nas reflexões de Alberto Torres, motivadas pela sua forma peculiar de apreensão da “questão social”, naquele contexto econômico e político, como expressão significativa de um pensamento “divergente” e “reacionário”.

#### **1.4 O Contexto da Pesquisa**

Esta pesquisa enfoca o primeiro período republicano brasileiro, chamado de "Primeira República" ou "República Velha".

Em termos cronológicos, foram apenas 42 anos, que se estenderam desde a Proclamação da República, em 1889, até outubro de 1930. No entanto, da perspectiva política e histórica, essas quatro décadas marcaram profundamente a sociedade brasileira. A “Revolução de 30”, e todo seu legado, são a sua consequência mais expressiva política, social e economicamente, uma vez que o golpe de Estado teve o objetivo de

impulsionar definitivamente o país para a consolidação de um projeto industrial de cunho nacionalista. Para isso, teve que retirar do poder os grupos oligárquicos que algemaram, durante as primeiras décadas republicanas, o avanço da industrialização brasileira.

Partindo da caracterização do quadro social brasileiro à época da República Velha, pretendemos examinar o pensamento de Alberto Torres e suas consequências no trato da “questão social”.

Seu objetivo principal, no entanto, é captar, através das reflexões sócio-históricas deste autor — produzidas a partir do final do século XIX e início do XX — uma possível dimensão “pedagógica” de suas preocupações. Em outras palavras, apreendendo seus pressupostos básicos, pretendemos apontar os marcos de uma linha teórica de interpretação da sociedade brasileira, que se tornaria o ponto de partida para a configuração de um pensamento político autoritário de consequências educacionais significativas.

Esse “pensamento autoritário brasileiro”, do qual Alberto Torres se apresenta como expressão exemplar, tomaria forma mais orgânica, assumindo uma tônica marcadamente nacionalista, ao longo dos anos 20, em autores como Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos, Azevedo Amaral, Francisco Campos etc.... Formar-se-ia aí uma base teórica, cujas consequências se traduziriam em políticas oficialmente institucionalizadas ao longo dos anos 30, e que serviriam de fundamento ideológico para o “movimento integralista”, de pretensões assumidamente autoritárias. Posteriormente, algumas concepções de Alberto

Torres, principalmente as de caráter antiimperialista, iriam reaparecer em frações da esquerda, nos anos 60. (MARTINS, 1977-78a, p.136)

Este trabalho intenta, a partir do exame das análises sócio-históricas realizadas por Alberto Torres, trazer à tona a sua compreensão, das questões nacionais, na sua intersecção com as educacionais, no período em que se iniciava a organização das modernas relações de produção capitalistas no país (o aparecimento do capital financeiro, o trabalho assalariado, o processo de industrialização, a urbanização acelerada etc...), e a sua influência na compreensão da "questão social" e suas implicações educacionais.

Testemunha da crise social do seu tempo, o autor vivenciou os primeiros confrontos urbanos anarco-sindicalistas, organizados pelos trabalhadores imigrantes.<sup>20</sup> Observa, com pesar, o desemprego do trabalhador nacional desqualificado que, excluído do mercado de trabalho industrial, perambulava pelas ruas, em situação semelhante a dos escravos recém-libertos, que preferiam a indigência ao retorno ao campo. A hegemonia da cidade parecia revelar um futuro preocupante, inexoravelmente identificado ao cosmopolitismo “corrompido” da civilização urbano-industrial.

Nesse contexto, Alberto Torres vai enaltecer um modelo de sociedade próspera, mas que contempla as virtudes de uma nação agrícola. Para o autor, o Brasil deveria controlar o domínio da propriedade latifundiária, estabelecer uma sociedade de pequenos produtores, interromper “imediatamente” a

---

<sup>20</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Proletariado Industrial na Primeira República*. In: *História da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano - Sociedade e Instituições*, tomo III, vol.2 São Paulo: Difel, 1985. p.137-178

imigração e valorizar o trabalhador nacional. Se e somente nestes termos seria possível reaproveitar a massa de miseráveis e iniciar uma sociedade forte, integradora e harmônica, com possibilidades de conduzir o país rumo a uma autonomia econômica para, e entre outras coisas, fazer frente "à ameaça poderosa do imperialismo". (MARSON, 1979, p.169 )

Alberto Torres, enfim, desenvolveu todas as suas atividades intelectuais assistindo, de pronto, os "lances trágicos" das primeiras manifestações anarquistas dos fins do século XIX e início do XX, e entendeu que a "questão social" refletia o perigo que esses movimentos das massas trabalhadoras representavam para a ordem estabelecida.

A expressão "questão social" ,nesse seu tempo, embora subentendesse as classes trabalhadoras como um problema, expressava uma compreensão parcial do quadro historicamente posto. A situação de outros segmentos sociais, como a do negro liberto e sem chances, do camponês andarilho e dos desocupados em geral não apareciam como parte da dinâmica social mais ampla do período.

Em princípio, do ponto de vista teórico, isso se explica pelo fato de que o conceito "classe", entre os intelectuais "conservadores", adquiria um sentido muito particular, que influenciava significativamente a elaboração conceitual dos processos sociais em curso. Essa questão foi assim equacionada por Marson:

O desenvolvimento das atividades urbanas e industriais sob as rédeas do "argentarismo" emprestou à sociedade nacional outro tipo de problema social: o conflito entre o capital e o trabalho, a chamada "questão social".

Esta foi uma das preocupações mais constantes na trajetória política de Alberto Torres, desde a fase do programa liberal, que se justificava em nome da representação de “povo” e de suas “classes”. Dessa época de republicanismo liberal até a organização do programa nacionalista, as “classes” sempre foram entendidas enquanto agrupamento sócio-profissionais, as especializações de setores econômicos e as diferenças de renda e posição.

Se voltarmos ao fundo de sua formação liberal, analisando o tratamento dado à “questão social” no *Vers la paix*, esta continuidade de concepção vem à tona de modo claro. A “questão social” é vista enquanto criação original da industrialização, com a formação das massas operárias organizadas e “conscientes”.

Neste limite significaria um problema secundário, em face dos demais setores sociais desvinculados da indústria e diante de numerosas sociedades não industrializadas, em estágios primitivos de pobreza e atraso. (MARSON, 1979, p.165-66)

Mesmo não entendendo a complexidade do fenômeno, nosso autor teve o privilégio histórico de assistir a importantes fatos da vida social brasileira, acompanhando, desde seus primórdios, o processo de desenvolvimento da industrialização, o crescimento dos centros urbanos e os primeiros movimentos trabalhistas reivindicatórios no Brasil. Alberto Torres, já em 1909, formulava algumas interpretações que soam familiares nos dias que correm, acerca das características dominantes do mundo sócio-econômico capitalista:

Grâce aux instruments perfectionnés de transactions et transport employés de nos jours, les phénomènes de l'échange commercial ont atteint une telle intensité que la prétension de renfermer la vie économique des états dans ses frontières est le plus faux des expédients de la lutte mercantile. (TORRES, 1927, p. 18).

... le trait saillant de notre âge est la suprématie du travail, de l'initiative, du pouvoir économiques sur toutes les autres exteriorisations de l'intelligence et de la volonté humaines. (TORRES, 1927, p.32).



Observando esses cenários de sofisticação material, caracterizados principalmente pelo desenvolvimento dos transportes, que possibilitava antever a relatividade do globo terrestre como limite do desenvolvimento do capital, e de assimilação das idéias e valores típicos do individualismo burguês, Alberto Torres acreditava que o aparecimento daquela “hierarquia argentária” industrialista era apenas uma armadilha. Destinada a alguns poucos seduzidos pelo “estímulos do amor ao conforto exagerado, ao luxo e às ostentações da vaidade”(TORRES, 1982a, p.127) não se constituía em algo que pudesse fazer superar a “questão social”, tal como a entendia. Poderia ser resumida a uma simplíssima definição, que ignorava a gravidade que o problema muito brevemente estamparia.

La lutte sociale est un conflit entre des individus déjà conscients, par la culture, de leur capacité pour conquérir le bien-être et une digne position dans la société... (TORRES, 1927, p.50).

Se recorrermos ao estudo de Alberto Torres feito por Alcides Gentil <sup>21</sup>, seu mais fiel discípulo, o item “questão social” é identificado, na maioria das vezes, com uma preocupação em relação aos movimentos mundiais da esquerda da época (anarquistas, socialistas etc...). Sobre essa questão, o autor arriscava “estudos” sobre o movimento socialista, em algumas passagens dos seus dois primeiros livros (*Vers la Paix e Le Problème Mondial*), sugerindo que o socialismo estaria disposto a “anular o estímulo e a força das capacidades individuais” (TORRES, 1982a, p.126) e que continha um caráter

---

<sup>21</sup> GENTIL, Alcides. *As Ideias de Alberto Torres*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.



bélico, contrário a sua doutrina pacifista. A sua visão da “questão social” tendia, portanto, a se esgotar no perigo do comunismo, em escala mundial, e das manifestações anarquistas, num contexto mais interno.

Essas considerações servirão de referência para este trabalho, já que o nosso intuito é compreender o significado atribuído por Alberto Torres à “questão social”, e suas implicações educacionais.

O autor, em alguns de seus trabalhos, revela uma percepção mais acurada sobre o problema da exclusão social e da miséria na sociedade brasileira. Nesse cenário, Alberto Torres construiu sua crítica social, reforçando crescentemente o fato de que, conscientes “*par la culture*” ou não, “os brasileiros do campo” ou da cidade, dentro ou fora de uma indústria, davam sinais de adquirir a noção do seu direito ao “*bien-être*”, e que, de qualquer forma, muito pouco ou quase nada os impediria de exigí-lo quando chegasse a hora. Assim, precavendo-se, e sustentado na sua concepção da problemática da época, esboçava o seu projeto de sociedade:

O Brasil tem de ser uma república social, por força de seu destino e da fatalidade de seu surto na era da questão social; e tem de ser, intuitivamente, uma república agrícola. É preciso que seja, porém, uma república social, providente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos lhe podem dar dentro da ordem, sem prejuízos de terceiros. (TORRES, 1982a, p.132).

É ainda pretensão nossa problematizar a dimensão “retrógrada” das posições deste autor para a sua época. A sua aversão ao industrialismo, que se consolidava de forma aparentemente inexorável, o seu apego à ideologia

ruralista e a repulsa ao cosmopolitismo urbano dessa fase do capitalismo transformaram Alberto Torres num representante histórico do “anacronismo”, numa conjuntura de início do século que caminhava no sentido de negar todas essas teses.

### **1.5 O Objetivo da Pesquisa**

Através da compreensão de Alberto Torres sobre a “questão social”, e da sua concepção da educação como estratégia de solução dos problemas político-sociais, pretendemos entender as relações entre os momentos das chamadas “crises” do capitalismo, ou das “transições” capitalistas, sofridas particularmente pelos seus pólos periféricos, e a emergência dos denominados “pensamentos autoritários”, que tendem a colocar a educação formal e informal a serviço do “saneamento” e/ou do controle social, exigidos pela inoportuna e desconfortável “questão social”.

A nossa intenção, conforme já apontamos, é oferecer subsídios para a discussão da “onda autoritária” que acompanha o processo de globalização, estágio mais recente da adequação dos pólos periféricos aos interesses do capitalismo internacional, e no qual se acirra a nossa histórica “questão social”, mais uma vez entendida como uma “questão de polícia”. Esse “efeito colateral” do progresso não deixa, mais uma vez, de suscitar projetos educacionais, cujo dimensionamento e avaliação não podem prescindir da experiência histórica.

## **1.6 Procedimento e Apresentação dos Resultados da Pesquisa**

A pesquisa será realizada através do exame de fontes primárias e fontes secundárias. Tomaremos como fontes primárias a obra de Alberto Torres e, como fontes secundárias, recorreremos a trabalhos sobre o autor, bem como a estudos sobre o período em questão.

Respeitando o desenvolvimento da pesquisa, a apresentação dos seus resultados se fará através de:

- 1 - Um capítulo I, onde contextualizaremos e sumariaremos a crítica social de Alberto Torres.
- 2 - Um capítulo II, onde identificaremos a “questão social” da época, a leitura que dela faz Alberto Torres, e a sua inserção numa discussão educacional que pretendia “resolvê-la”.
- 3 - Um capítulo III, onde faremos as aproximações interpretativas que nos permitirão pensar a questão educacional relacionada à “questão social”, no contexto das adequações das sociedades capitalistas periféricas ao mundo do capitalismo internacional.

## Capítulo Primeiro

### Alberto Torres e a Crítica Social das Primeiras Décadas do Século XX

#### 1. Alberto Torres e a sua Época

Alberto Torres nasceu a 26 de novembro de 1865, em Porto das Caixas, no município de Itaboraí, “que se destacava na Província do Rio de Janeiro como entreposto comercial na melhor fase da expansão cafeeicultura fluminense”.(LIMA SOBRINHO, 1968, p.5). Após concluir seu curso secundário, ingressou na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1882. No início de 1885, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife. Desse período de iniciação acadêmica, o Autor engajou-se nas Campanhas Abolicionista e Republicana, assinando artigos de jornais que defendiam essas causas. No final desse mesmo ano, retornou ao Rio de Janeiro, já bacharel.

Recusando-se a exercer a profissão de advogado, Alberto Torres alistou-se efetivamente na Propaganda Republicana e Abolicionista, mais precisamente na cidade de Niterói, onde fundou o periódico *O Povo*, órgão contra a Monarquia e o regime escravocrata. Após a Proclamação da República, engajou-se imediatamente na política fluminense, através do Partido Republicano Fluminense, ao lado de nomes como José Tomás Porciúncula, Francisco Portela, Silva Jardim, Quintino Bocaiúva, Maurício de Abreu, José Paulino de Souza, entre outros.

Nesse primeiro momento de constitucionalização republicana, despontaram no interior do PRF rivalidades oligárquicas, oriundas de grupos formados por ex-monarquistas e conservadores ligados ao Marechal Deodoro da Fonseca. Após o golpe de Floriano Peixoto, iniciou-se, no plano político fluminense, o segundo tempo da constitucionalização, que se traduziu na ocupação das instituições estaduais por grupos formados por conservadores, ex-monarquistas e pelos republicanos históricos, entre eles Alberto Torres, que se elegeu deputado estadual constituinte, em janeiro de 1892.

Promulgada a Segunda Constituição Estadual (a primeira fora destituída por Floriano Peixoto), assumiu em 1894, como suplente, uma vaga de deputado federal. Em 1896, foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo de Prudente de Moraes, cargo que ocupou até 1897, quando se demitiu em função de um episódio político intra-oligárquico ocorrido na cidade de Campos, fortíssimo reduto conservador. Ainda nesse ano, com amplo apoio dentro do PRF, elegeu-se Presidente do Estado do Rio de Janeiro. Esse acontecimento é assim exposto por Marieta M. Ferreira:

A posse de Alberto Torres em janeiro de 1898 ocorreu num momento delicado para o esquema de dominação oligárquica fluminense, que combinava conjunturas críticas nos planos econômico e político. Baseada principalmente na monocultura cafeeira, a economia do Estado do Rio começava a sentir os efeitos da queda dos preços do café no mercado mundial ocorrida em 1895-1896. Politicamente, a situação não era menos complexa: a dualidade de câmaras em Campos, num momento em que a oposição ultrapassava as fronteiras municipais ameaçando a hegemonia do PRF, exigia do presidente do estado uma definição. No entanto as atitudes de independência assumidas por Alberto Torres iriam romper o curso harmonioso das relações entre o partido oficial e o governo do Estado, aprofundando a crise em lugar de saná-la. (FERREIRA, 1989, p. 97)

O modo como enfrentou mais uma dissidência oligárquica conservadora, na cidade de Campos, rendeu ao governo de Alberto Torres um malogrado processo de “impeachment”, além de mais uma crise no interior do PRF. Essa crise se acentuou e culminou numa dissidência, que gerou o aparecimento do situacionista Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ), “locus” onde iria se alojar a oposição anti-oligárquica, apoiada pela pequena burguesia agro-comercial e pelos setores urbanos.

Concorrendo como candidato único, com apoio do PRF, do PRRJ e do Partido Autonomista, Quintino Bocaiúva recebeu de Alberto Torres, em 31 de dezembro de 1900, o governo do Estado do Rio de Janeiro. Em maio de 1901, indicado por Campos Salles, Alberto Torres foi empossado Ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo que ocuparia até 1907, quando se licenciou por motivos de saúde, o que se converteria pouco depois em aposentadoria, encerrando sua carreira política.

Essa longa vivência dentro das instituições políticas da Primeira República, aliada às suas preocupações intelectuais, permitiram a Alberto Torres construir, num tempo curto, uma obra significativa de análise sócio-histórica da nossa sociedade. Essas reflexões se concentraram entre os anos de 1909, quando publicou seu primeiro livro *Vers la Paix*, até 1915, data da publicação de sua última obra, *As Fontes da Vida no Brasil*. Nesse espaço de tempo, já “fora de combate” da política fluminense, dedicou-se intensamente a escrever nos jornais cariocas (*Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *O*

*Paiz*). A maioria desses artigos, pouco tempo depois, seriam publicados na forma de livros.

Uma característica marcante de seus trabalhos é a constante preocupação com o momento histórico que vivia, eleito como objeto central de estudo. Embora não se possa apreender uma metodologia particular, ou mesmo uma tese original, nota-se um esforço de rigor em suas elaborações. Apesar de não se inserir dentro de moldes acadêmicos, esses trabalhos parecem ter o mérito de espelhar seu tempo de um modo instigador, até então pouco comum, nas teorizações dos anos 10.

O retorno ao jornalismo “polemista” foi, para o Alberto Torres, uma necessidade e uma retomada do espírito do outrora republicano histórico, que os compromissos do engajamento partidário haviam relegado a um segundo plano. Na apresentação de uma de suas obras, justifica esse espírito de volta:

Meus estudos eram o reatamento de uma vida intelectual e moral, nascida com as primeiras inspirações da mocidade, que os azares da existência e, principalmente, os da política, haviam perturbado. (TORRES, 1982b, p.10)

A convivência, distante da atividade intelectual, e muito próxima das renhidas disputas político-partidárias de então, comprometeram segundo o Autor, a tranquilidade do seu trabalho de análise, já que o colocaram numa situação de constante embate político. Com o passar do tempo, isso lhe trouxe descontentamento, mas também a consciência do seu empenho particular e das responsabilidades coletivas para com o regime republicano, que ele ajudara a fundar e consolidar. Este, contudo, no seu entender, não vingara conforme os

anseios desejados, e carecia, naquele momento, de uma imediata revisão constitucional.

Dos meus serviços prestados com desprendimento que resgata seus erros prováveis, nem todos aproveitaram, porque a República foi sempre volúvel, e não fundou glórias e reputações senão sobre as ruínas de suas obras.(TORRES,1982b, p.10)

O momento preciso desta revisão, na sua ótica, avizinhava-se e as pessoas dispostas a enfrentar tal empreitada deveriam possuir a disposição necessária ao enfrentamento, além de um perfil muito especial; perfil este forjado em circunstâncias muito peculiares, assim definidas por ele:

A vida dos homens que atravessam crises revolucionárias é toda feita, igualmente de revoluções pessoais. Só quem haja acompanhado, dos primeiros movimentos a seus últimos refluxos, os torvelinhos de uma época crítica, poderá conhecer e avaliar os abalos que a desordem geral vem produzindo em nossos destinos.(TORRES, 1982b, p.10)

Sua passagem pelos altos escalões da política oligárquica republicana serviram, ao que parece, não só ao amadurecimento íntimo, necessário e intrínseco ao trabalho intelectual, mas também para um reconhecimento do jugo partidário e do fracasso das instituições republicanas-oligárquicas:

Quanto à República e à suas obras, a intolerância partidária [...] e a simples decadência, a que descemos, nos costumes eleitorais — base do sistema representativo e título dos governos democráticos — bastaria para provar [...] o desgosto com que muitos republicanos desconhecem, nas instituições dominantes, a *República que haviam sonhado*. Nas finanças, na administração, na justiça, na ordem política, na moralidade administrativa, na instrução, o declínio é manifesto. [grifo do autor] (TORRES, 1982b, p.15)



Disposto a encerrar um ciclo profissional-existencial, para retomar projetos que ficaram em haver, purga-se da militância republicana, visando sua nova missão:

Não foi sem certo contentamento que aceitei, assim, com a inatividade na última das minhas funções públicas, a liberdade de trabalhar para repor minha carreira no ponto em que a deixara, quando entrei em atividade política. (TORRES, 1982b, p.10-11)

Liberto dos compromissos “corrompidos” da política republicana, Alberto Torres dedicou-se, então, aos seus estudos sócio-históricos. Formado pela “Escola do Recife”<sup>22</sup>, trazia em sua trajetória intelectual a marca registrada daquela instituição acadêmica, que foi a preocupação com os estudos sociológicos. Esses eram temas pouco difundidos, dada as costumeiras inquietações metafísicas de então. Com isso, Alberto Torres renovou o ambiente intelectual da Primeira República, com análises sócio-históricas, organicamente estruturadas e sistematizadas, da realidade brasileira contemporânea.

---

<sup>22</sup> A chamada “Escola do Recife” foi um movimento renovador no pensamento filosófico brasileiro, iniciado no chamado “surto de idéias novas”, ocorrido a partir de 1870. Tendo à frente Tobias Barreto e Silvio Romero, a Escola buscava um rompimento com o ecletismo espiritualista do Império e, ao mesmo tempo, formular uma alternativa, mantendo uma postura crítica em relação ao Positivismo, que se consolidava como fonte inspiradora da intelectualidade brasileira pós 70. Uma outra característica do movimento foi a ousadia de inserir, dentro de suas investigações teóricas, temas de caráter sociológico, ampliando o espectro dos trabalhos, até então muito centralizados na discussão filosófica das grandes questões colocadas pela conjuntura do Império. In: PAIM (1974). Cp.III: A Emergência de Novo Ponto-de-Vista na Consideração da Pessoa Humana, p. 253-300.

Nesse momento, diferia e inovava em relação aos trabalhos acadêmicos do período imperial, onde era manifesta a carência de estudos preocupados com e dirigidos aos problemas objetivos da realidade nacional, tais como a montagem do aparato jurídico legal, sobre o qual se firmavam as instituições republicanas, a representação política dos diversos segmentos sociais e a problemática da formação da nacionalidade como requisito básico para a estabilidade e consolidação do regime republicano<sup>23</sup>

O período em que se processou a sua produção intelectual é aquele em que o sistema oligárquico começava a sofrer as mais severas contestações por parte dos diversos setores sociais; e momento em que o federalismo era questionado pelas elites econômicas. Ocasão em que amplos setores das classes médias se identificavam com o cosmopolitismo, o consumo, o dinheiro, o poder, e procuravam os meios políticos que lhes fornecessem o caminho para chegar à realização dessas benesses materiais. Mas, talvez, o fato mais relevante do período era o aparecimento, quase de estalo, do proletariado, ideologicamente organizado, e em pouco tempo cômico de sua força política enquanto classe, vinculando suas lutas às reivindicações dos trabalhadores de todo o mundo.

Essa fermentação, que caracterizou as conturbadas décadas dos 10 e 20, não permitiu a Alberto Torres a indiferença. Ele refletiu, em seus livros e

---

23 Sobre esse momento da produção intelectual no país, SANTOS (1978) afirma: "É a primeira fase da reflexão social no Brasil, que se caracteriza pelo fato de que a intenção última dos analistas não consiste propriamente em realizar investigações sociológicas, mas o de levar em consideração fatores sociais para o entendimento dos fenômenos jurídicos, literários etc." op.cit. p.28

artigos, sobre quase todos os temas polêmicos em evidência, fossem eles de natureza econômica, política, ideológica ou social. Falou sobre a imigração, a questão racial, a nacionalidade, a política internacional, a monocultura, o imperialismo, a dívida externa, o federalismo, a educação, o militarismo, o nacionalismo etc...<sup>24</sup>

Dentro desse rol, alguns tópicos se sobressaem por uma análise mais rigorosa e mais detalhada, ao contrário de outros, onde o autor apenas se preocupa em tecer comentários. Para uma melhor compreensão dessa aparente miscelânea de impressões, optamos por dividir as análises de Alberto Torres em dois grandes blocos.

O primeiro deles se constitui de suas críticas aos aspectos da organização política da nossa sociedade. Teve aí, como eixo central, a crítica da organização jurídico-política do país, consubstanciada na Carta Constitucional de 1891.

De forma sistemática e persistente, a “desorganização” da sociedade brasileira seria o tema mais absorvente de sua obra. Elabora reflexões “impostas pelas urgências dos acontecimentos...” (TORRES, 1982b, p.9), que se traduzem em observações sobre o cenário da crise econômica sofrida intensamente pelo modelo agro-exportador, e sentidas principalmente nos grandes centros urbanos, pelas massas trabalhadoras e pelas “irriquietas” classes médias.

---

<sup>24</sup> GENTIL (1932) traz uma compilação/síntese de todos os assuntos discutidos pelo autor em seus diversos trabalhos. op.cit.

Aí incluem-se variados estudos sobre os mais diversos assuntos; temas raciais, especulações filosóficas, observações sobre a geografia do território brasileiro, análises antropológicas, nacionalistas, etc...Como já anotamos, o quadro contemporâneo de instabilidade, aparentemente permanente, serviria de mote para as análises de Alberto Torres sobre a chamada “questão social” da Primeira República.

Um segundo bloco de reflexões, valeu-lhe a publicação de seus dois primeiros livros<sup>25</sup> escritos em francês, o que expressa o caráter “internacionalista” que os temas ali abordados lhe sugeriam, e o induziam à pretensão de os divulgar o mais amplamente possível, e em escala internacional. Essas suas primeiras elaborações intelectuais estavam explicitamente sintonizadas com as preocupações intelectuais mais européias do que nacionais; particularmente ao tema da doutrina pacifista internacionalista.

Tratavam de questões como a deflagração das guerras, as nações “puissances” e o imperialismo. Nessa altura de sua jornada reflexiva, a problemática que mais o instigava era a relação desigual entre as nações ricas e os países “novos”, onde se incluiria o Brasil. Esses estudos contrastam com seus trabalhos posteriores, onde tece constantes críticas a questões relativas à organização jurídica da sociedade brasileira, “cuja vida mental é a pálida imitação cênica da inteligência dos povos avançados”.(TORRES, 1982a, p.56)

---

<sup>25</sup> *Vers la Paix* (1909) e *Le Problème Mondial* (1913).

Evidencia essa preocupação o seu projeto para a criação de uma “Cour Internationale de Justice” para estabelecer a paz mundial e organizar a ordem internacional, e que teria a responsabilidade de arbitrar contenciosos entre as nações européias, e entre estas e os países “novos”. Mais precisamente, “elle se propose de suggérer une esquisse de futur tribunal” (TORRES, 1927, p.XII). A idéia era apresentar a proposta na terceira Conferência da Paz em Haia, Holanda. Vale lembrar que o Autor participou da segunda Conferência da Paz em 1907, ao lado de Rui Barbosa, representante oficial do governo brasileiro, onde tomou contato com as discussões sobre a doutrina pacifista.

Parece-nos importante resgatar essa primeira fase de suas reflexões, pois aí se sobressaem, além do aspecto “alienígena” dos temas que o preocupam, conceitos e observações que, por um lado, vão estar presentes e permeiam seus trabalhos seguintes, servindo como um “corpo conceitual” sobre temas como o trabalho, a educação, a política etc... e, de outra vista, revelam uma determinada postura ideológica perante a sua realidade. Essa seria uma postura comprometida pelas definições conceituais que, no final, demonstravam um conhecimento superficial, ou discutível, dos princípios e mecanismos econômicos e políticos do sistema capitalista do seu tempo — já na sua etapa, como reconhecia, imperialista. E era isso o que Alberto Torres pretendia criticar ardentemente, uma vez que apontava o imperialismo como fator politicamente desestabilizador da relação entre as nações, e prejudicial à ordem e a paz mundial.

Estabelecendo as bases sobre as quais se acentariam as relações econômicas ocidentais à sua época, e que serviriam de eixo condutor para posteriores análises da nossa sociedade, o Autor fixava uma premissa curiosa: “Le capital est essentiellement pacifique, puisque seule la paix peut assurer la fermeté des rapports économiques”.(TORRES, 1927, p. 34).

Colocando como ponto de partida intelectual a idéia de que as relações econômicas não se apresentavam como situações conflitivas, pois que seriam intrinsicamente sólidas, assim como e o seu agente impulsionador, o capital, constituiria-se uma estrutura em essência pacífica, estabelecia uma relação de causa e efeito entre situações que tenderiam a se manter num ciclo estável e permanente (capital—pacifismo—relações econômicas).

Procedendo dessa maneira, Alberto Torres não surpreende, ao conceituar as classes detentoras do capital. Estas encarnariam características similares às do seu bem material supremo (o capital); vamos encontrar nelas a mesma aura inocente atribuída ao capital, a mesma ausência do espírito bélico.

Desse modo, o fenômeno da guerra, como um mecanismo clássico de disputa de poder, entre nações industriais (ou suas burguesias), pela obtenção de matérias primas baratas e mercados de consumo não aparece em sua reflexão como parte do “locus” das relações capitalistas modernas. Para ele, os agentes históricos que se enfrentavam não se conflitavam:

L'aristocratie et la bourgeoisie industrielles son essentiellement pacifiste. La seule remarque de l'influence qu'exerce une simple menace de guerre sur l'équilibre commercial montre l'intérêt de ces classes pour la conservation de la paix. (TORRES, 1927, p.45).

Ainda nesses trabalhos sobre o pacifismo e a necessidade imperiosa dos homens de política se esforçarem para implementar tal doutrina, o Autor reforça seus pontos de vista, estabelecendo seus parâmetros ideológicos de visão de mundo:

Des idées ici exposées se dégagent les conclusions suivantes:  
1 - les phénomènes économiques n'ont pas été et ne sont pas des causes de guerres; 2 - Ils sont des facteurs de pacification...(TORRES, 1927, p.11)

Então, onde estariam as causas das guerras, se essas não estavam ligadas às disputas econômicas?

...la seule véritable cause des guerres étant l'élan passionnel de l'âme inculte des hommes...(TORRES, 1927, p.11)

Nesses textos, parece estar ausente um elemento crítico imprescindível aos trabalhos que, àquela altura do século, dispunham-se a discutir relações internacionais; o inexorável vínculo entre a sua pretendida “Cour Internationale de Justice” e os interesses do capital internacional, fortemente vinculados aos governos nacionais europeus e norte-americanos.

No decorrer do século, o choque dos interesses imperialistas culminaram na Primeira Guerra Mundial. Esses acontecimentos serviram para mostrar a Alberto Torres um novo entendimento da dinâmica da política internacional, e o lugar do Brasil naquele contexto; questão que até então se encontrava ofuscada pela sua fé na doutrina do pacifismo internacional. O imperialismo mostrou sua verdadeira face política; “o pacifista constatava a precariedade das forças pacíficas da sociedade e, fato mais digno de nota, a

extrema pujança de interesses econômicos agindo fora da concorrência legal...” (MARSON, 1979, p.89).

É curioso observar o quanto um homem, cioso de seus princípios fisiocráticos<sup>26</sup>, subestimou as possibilidades daquilo que hoje denominamos *Modernidade*, e que representava, naquele momento, o salto do capitalismo do “*laissez faire*” ao imperialismo.

La guerre a, donc, perdu sa cause de son but, entre les nations de l'Occident. Le mouvement des personnes et des choses sur les diverses régions de cette partie de la Terre, ouverte à tous les hommes – mouvement libre à l'exercice des activités et facilité par toutes sortes de moyens: navigation, poste, télégraphe, monnaie, change, se fait naturellement, sans que les gouvernements se trouvent dans la nécessité d'envoyer un bataillon ou un bateau de guerre. (TORRES, 1927, p. 95-6).

---

<sup>26</sup> Fisiocracia se refere à doutrina econômica da Escola de Quesnay. Os fisiocratas sustentavam que a terra é a única verdadeira fonte de riquezas, e que existe uma ordem natural e essencial das sociedades humanas, e é inútil contraria-la com leis, regulamentos ou sistemas.



## 2. Alberto Torres e os seus temas: propriedade latifundiária/industrialização; raças/desigualdade social

Abolicionista e republicano histórico, Alberto Torres tem sido objeto de avaliações divergentes. Típico "bacharel" da República Velha, é para o crítico literário Wilson Martins o símbolo vivo da "República Acaciana"<sup>27</sup> — aproximação feita pelos seus compatriotas ao Conselheiro Acácio de Eça de Queirós, considerando a sua prolixidade e sua profícua carreira política. Despeitos à parte, a obra de Alberto Torres formou a geração politicamente à direita dos anos 20 e 30, entre eles os integralistas e, posteriormente, em função de suas críticas ao imperialismo, foi lido pela esquerda "gourlartiana" dos anos 60. (MARTINS, 1977-78a, p.136)

Se é temerário conferir-lhe a posição de um notável intelectual, dada a rejeição histórica que sofreu dos liberais, não é nada impertinente afirmar que sua trajetória pessoal serviu de exemplo para aqueles que iriam se

---

<sup>27</sup> "Eis o que Rodrigo Otávio escreve a esse respeito, no terceiro volume das suas *Memórias*: Embora sempre escrevesse com correção e fosse ponderado em suas considerações, certa forma dogmática, certas expressões comuns, de que usava com frequência, ligado isso a atitude sempre grave, circunspecta da pessoa, o fizeram apelidar, na língua dos que tudo pensam levar para o ridículo, de Conselheiro Acácio. O remoque se generalizou, e nele se encarnou o verboso e banal personagem de Eça. Entre nós, quem se referisse a Conselheiro Acácio visava Alberto Torres. Houve mesmo gente de talento que se desse ao luxo de explorar literariamente essa maldosa corrente de desrespeito. Começaram a aparecer uns sonetos sob o título de *Lira Acaciana*, que foram, depois, com outros versos e um prólogo retumbante, reunidos em folheto hoje muito raro, editado por Angelo Bitu (Rio de Janeiro, 1900, 90 páginas). Correu no tempo que o prólogo era de Pedro Tavares, famoso advogado e violento polemista, e os sonetos, sabe-se que eram nada menos que de Olavo, Alberto de Oliveira e Guimarães Passos... Alberto Torres resistiu impávido a essa onda de agressividade malsã..." (MARTINS, 1977-78a, p.136-37)

constituir na elite cultural do Brasil, da Primeira República em diante.<sup>28</sup>

Seus trabalhos foram usados, por décadas, para ilustrar as teses de diversos grupos em que essa elite se subdividia: agraristas, monarquistas, republicanos, industrialistas, oligarcas, nacionalistas etc...

No entanto, ao propor e defender o modelo econômico que o país deveria seguir, deixou bem explícita suas posições antiindustrialistas. Incapaz de romper com seu passado agrarista, e tendo acompanhado de perto a crise e o colapso da cultura do café no estado do Rio de Janeiro — quando Presidente do Estado — Alberto Torres se colocou ao lado do grupo rural, e se tornaria um dos grandes propagandistas e ideólogos do movimento ruralista.

No contexto de transição para a fase urbano-industrial, militou junto ao movimento agrarista e criticou fervorosamente a organização político-jurídica da Carta de 1891; a discussão dessas questões constituiria o pilar sobre o qual a questão educacional apareceria, em sua obra, como preocupação do intelectual.

Além de empenhar suas esperanças num novo projeto de desenvolvimento agrícola para o país, o Autor centralizou suas críticas não só nos defensores nacionais do modelo agro-exportador vigente, como nas

---

<sup>28</sup> A esse respeito, é importante anotar o que diz um homem como Oliveira Vianna, um intelectual que, em relação ao círculo de discípulos de Alberto Torres, confessava-se “o menos frequente e o mais esquivos de todos”: “Embora imperfeitamente conhecido, o seu pensamento, entretanto, está trabalhando lentamente a mentalidade das nossas elites, e sente-se que os espíritos com inclinações inovadoras, — e são todas as inteligências moças do presente, — estão tendendo sensivelmente para elle, como attrahidos para um centro de gravitação ideal”. Oliveira Vianna, *A Guiza de Prefacio*. In: GENTIL, 1932, op.cit.

relações imperialistas, que se estavam estabelecendo através do grande capital financeiro internacional, aliado a grupos nacionais.

Essa situação era por ele assim avaliada:

Não havendo forças morais, capazes de conter essas tendências, cumpre insistir nesses pontos culminantes: que a expansão do comércio, da viação e dos instrumentos de crédito internacional domina (sic) apenas uma fase da evolução humana, resultante da excitação dos individualismo e dos inventos materiais, nascidos da iniciativa e do espírito econômicos do século XVIII e XIX — fase que não pode perdurar, com a mesma intensidade, pelo menos, e que nosso país, fraquíssimo pela singularidade de sua natureza, não poderá resistir à dominação, se não opuser obstáculos políticos e legislativos.

Não nos é lícito aceitar a condenação de um destino, que nos faria, além do mais, cúmplices de uma das mais nefastas obras humanas, a fundação de uma aristocracia mundial fundada na ambição, instituindo e alimentando o nomadismo internacional da fortuna, vencedor sobre os destroços de povos e sobre a ruína da terra, nas batalhas, silenciosas e serenas, das invasões e conquistas a peso de ouro. (TORRES, 1982a, p.195)

E, ainda:

Não é um simples caso de relações econômicas e comerciais e tanto bastaria para tornar independente nossas populações desses países estrangeiros, na falta de idênticas relações, entre as nacionais — mas um caso de subordinação da economia nacional à estrangeira, em objeto vital. (TORRES, 1982a, p. 163)

Com isso,

A expansão das populações, da viação e do comércio excita as ambições, desloca as massas do trabalho e condena a um vagaroso, porém certo, sacrifício, nos meios onde se agitam suas fictícias indústrias, os elementos menos ambiciosos, que seriam, entretanto, os melhores, em sociedades, sob a massa dos eleitos, na associação do parasitismo e da audácia. (TORRES, 1982a, p.196)

E conclui:

O dinheiro, a inteligência, a educação e o trabalho, instruído particularmente nesta ordem de operações, estão realizando,

em toda a parte, a conquista de povos e territórios, evicção imprevista das riquezas e subordinação social das populações. (TORRES, 1982a, p. 194)

Vê-se aí a sua caracterização da “nova ordem” capitalista, dos agentes envolvidos nessa ordem e a impotência dos governos na resolução dos impasses que tal estrutura econômica acarretava. O sistema das manufaturas aparece, por outro lado, como produto da educação, e considera os seus desdobramentos na alma humana: a ambição e a potencialização das capacidades individuais, que geram indivíduos em posições diferentes e, com isso, com deveres e direito a recompensas diferentes na sociedade.

De certo modo, podemos dizer que Alberto Torres fazia parte de um grupo social que não apreendeu, em sua totalidade, o movimento do capitalismo, tal como se processava.

No início da primeira década do século, desencadeava-se, na sociedade brasileira, o movimento nacional-ruralista, cujo objetivo era defender a chamada “vocação agrícola”<sup>29</sup> do Brasil, apostando nela todas as fichas para o desenvolvimento e modernização do país.

Sintonizado com esse movimento, Alberto Torres proclama sem cansar que, desde os primórdios da humanidade, “a terra é a base da vida social” (TORRES, 1982b, p.27) e que o Brasil seria uma nação de fundamentos agrários, apesar de atrasada. Dedicar-se, então, a elencar as supostas causas da

---

<sup>29</sup> OLIVEIRA, Francisco. *A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da república Velha no Brasil*. In: FAUSTO, Bóris(org.) *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Republicano III*, 1: Estrutura de Poder e Economia, 5ªed. São Paulo: Difel, 1996. p.393-414. GOMES, Eduardo Rodrigues. *Campo contra Cidade — a reação ruralista à crise oligárquica no pensamento político social brasileiro (1910-1935)*. Dissertação de Mestrado:IUPERJ,1982. LUZ, (1975) op.cit.

decadência dessa terra, cuja missão era ser “o esboço da humanidade futura” (TORRES, 1982a, p.135) não sem antes fazer admoestações contra as instituições republicanas, dado que “nas finanças, na administração, na Justiça, na ordem política, na moralidade administrativa, na instrução, o declínio é manifesto”. As nossas mazelas, dever-se-iam, em última instância ao fato do Brasil “que nunca foi organizado e está cada vez menos organizado”; permitir o afloramento do ímpeto subversivo, entre nós, o que significa que “este regime deve ser substituído por outro”. (TORRES, 1982a, p.15,160,23)

Redigido o auto de acusação, e estabelecidas claramente as responsabilidades pela nossa “anarquia social”, o Autor parece, no entanto, reconhecer os limites instrumentais dessa crítica das formalidades jurídicas. A situação, no seu entender, exigia um senso de realismo, e não restava outra estratégia senão assumir os compromissos políticos concretos, uma vez que, independente da legitimidade real, parcial ou fictícia das instituições da República, eram elas que arbitravam as crises ocasionais e/ou estruturais, os modelos e as disputas de poder, até então. Esse poder era exercido pela oligarquia agro-exportadora e, portanto, esse era o grupo politicamente hegemônico, principal interlocutor daqueles que se achavam fora dos centros de decisões do país.

Em meados dos anos 10, assim caracterizava a classe dirigente nacional:

Entre nós – onde, nas próprias camadas dos que dirigem, não se sabe o que é Nação, e onde palavras e theses em francez têm a força sobrenatural de *tabús* – pratica-se, ao contrário, a curiosa política de que resulta formar-se uma nação de gerações que se substituem umas às outras, cuja economia,

civilização e progresso se resumem no espectáculo de um povo, dizimado, nas camadas baixas, pela miséria organica, e, composto, nas altas, de uma sociedade distincta, que o estrangeiro emprega, contentando-lhe as vaidades frívolas, enquanto arranca-nos a seiva e a fertilidade á terra, emascula-nos e cretiniza-nos a gente. [grifo do autor] (TORRES, 1915, p.37-38)

E sentenciava:

Não há quem possa contestar, gravemente que a política desceu, em nosso país, a um estado de desordem e de anarquia difficil de ser ultrapassado. (TORRES, 1982a, p.184)

Alberto Torres insurgiu-se ainda contra todos os preconceitos raciais — sendo o único pensador do seu tempo que teve “a lucidez, raríssima na época, de subestimar o fator étnico” (BOSI, 1975, p.352) — muito comuns na mentalidade do início do século, e que justificavam quase todos os problemas de desigualdades sociais no Brasil.

O tema da raça aparece em seus textos como algo desvinculado da “questão social”, e a sua preocupação, no que diz respeito a essa temática em particular, era despertar a sociedade brasileira para a urgência do enfrentamento dos nossos problemas concretos e imediatos, uma vez que a questão racial “é de todos os elementos da nacionalidade, talvez o menos ativo” (TORRES, 1982b, p.28).

A realidade sobre a nossa situação social e economica é não só completamente ignorada, senão anda de todo obscurecida e confundida, pelos mais absurdos erros de sciencia e observação.

Resultam dessa falsa interpretação das nossas cousas os postulados correntes nos centros dirigentes do paiz, sobre a nossa natureza, sobre a nossa riqueza e fertilidade, sobre a nossa politica economica — toda baseada nos preconceitos de expansão e da colonização — e sobre a nossa producção, o valor das nossas raças e o trabalho nacional.

Pareceu-me opportuno destruir essas illusões. A duvida sobre o valor das raças do Brazil, nos centros intellectuaes das nossas cidades, é mais um resultado do preparo — todo receptivo — dos que nos dirigem a opinião, que os conduz a tomar por dogmas tudo quanto os livros estrangeiros nos trazem, inclusive as suas sentenças condemnatorias, arestos com que os instincto politico das nações adeantadas, dando por superioridade absoluta a superioridade eventual e relativa que mostram hoje, fazem titulos á dominação das que chamam "raças inferiores".

Tomam os nossos homens de saber as causas, todas sociaes, do nosso atrazo, por causas ethnicas.(TORRES,1915, p.7).

Ainda caminhando contra a concepção racial, reinante nas elites, que viam no homem do povo um manancial de ignorância, impetuosidade e deficiências intellectuais, insistia que "somos um dos povos mais sensatos e inteligentes do mundo" e, indo mais além, repudiava a "idéia vulgar de que o brasileiro é, de natureza, preguiçoso". Denunciava, assim, os incontáveis "prejuízos que a observação superficial da nossa índole e dos nossos costumes inspirou ..." ,quando na verdade "o brasileiro é trabalhador e ativo como os mais operosos povos do mundo". (TORRES,1982b, p.55).

Dessa forma, fugindo das explicações simplistas e das teorias médico-higienistas, Alberto Torres sentenciava o caráter leviano de

uma espécie de inconsciência nacional que alimenta, na vida mental brasileira, o hábito de menoscabar do nosso sangue, de depreciar a nossa idoneidade fisica e moral, de nos dar por um povo degenerado, corrompido, em franco estado de abatimento corpóreo e mental. Não há nada mais falso:...(TORRES, 1982b, p.55)

E apontava a verdadeira origem das nossas deficiências:

...o Brasil sofre todas as crises de uma sociedade nova formada, por um povo estranho, em território diverso do de sua origem, que até hoje não fundou as bases de sua adaptação à terra e não organizou a sua vida: eis as causas de seu atual estado, agravadas por um acúmulo de crises nossas e

alheias. Não o podia fazer, antes de surgir a consciência do problema nacional e da sua orientação. (TORRES, 1982b, p.79).

O caminho percorrido pelo Autor é bastante claro; se existe uma justificativa para as nossas mazelas sociais, com certeza ela não se encontra nos fatores étnicos ou nos cruzamentos entre indivíduos de raças distintas. Considerando que os próprios "biólogos e etnólogos não aceitam a doutrina da desigualdade natural das raças" (TORRES, 1982b, p.78), caberia buscar e elaborar novas explicações para a gênese e a persistência dos problemas brasileiros. Estas, no seu entender, deveriam ser buscadas nas formas políticas que sustentavam o modo de produção agrário brasileiro.

Sem dúvida, tal empreitada implicava tecer severas críticas a algumas instituições de cara tradição às nossas elites dirigentes, fortemente vinculadas ao "status-quo" agro-exportador, como o coronelismo, o latifúndio, a monocultura etc... Analisando a conjuntura social da realidade brasileira, Alberto Torres afirmava:

O fenômeno, habitualmente atribuído à degeneração do tipo brasileiro, da superioridade dos novos colonos sobre os antigos habitantes do país, quanto à energia e ao tino prático, resulta de vícios da educação que nos é dada nas escolas e no trato dos costumes sociais. O brasileiro não encontra, em nosso meio, desde os primeiros dias da infância, a escola de virilidade, de autonomia e de iniciativa, que o devia preparar para o trabalho; não recebe a lição de laboriosidade e de resistência; não adquire a consciência de que é um produtor, um agente dinâmico da vida social. Nas classes inferiores, o pai, ex-escravo, ex-agregado de fazenda, ou assalariado, não tendo criado amor à sua indústria, habitua os filhos à prática rotineira dos atos mecânicos de nossas culturas extensivas, quando não os abandona à calaçaria, pelas estradas e às portas das vendas. Nas classes médias e elevadas, os incapazes conservam a indústria ou a propriedade paterna, assistindo, inconscientes, à desvalorização das terras e à ruína das



fortunas. Os que mostram, na infância e no curso secundário, um pouco de memória e alguma sagacidade, seguem para os cursos superiores, onde ganham, com o direito de pretender empregos públicos e cargos de eleição, um desprezo nauseoso pelo trabalho industrial e agrícola. Estes, como a maior parte dos que, nas escolas primárias, foram iniciados nos encantos da vida urbana, lançam-se para as cidades, onde se oprimem e se atropelam, numa desanimada concorrência por magros proventos profissionais, ou abarrotam os corredores das secretárias e repartições, suplicando miseráveis empregos. (TORRES, 1982a, p.131-32)

Generalizada e severa, a crítica que Alberto Torres fazia da sociedade brasileira encarnava a virada conservadora da crítica intelectual, do seu tempo, ao problema social em que a conjuntura do início do século mergulhara o país. Formalmente amparado por um discurso rebuscado, o olhar do intelectual, no entanto, operava uma simplificação a partir das consequências mais manifestas da crise estrutural sofrida pelo modelo agro-exportador do início do século: uma histórica opção política das elites se resumiria num generalizado “vício”, que teria impregnado toda a sociedade, de alto a baixo. Traço marcante dessa desagregação, que teria tomado conta da sociedade, era a possibilidade de ela ter sido transmitida através das gerações, mas também pelas instituições que trariam em si “hábitos” que impregnavam aqueles que nelas exerciam suas tarefas. Aos humildes, a falta de “costumes”; nas classes médias e elevadas, a abastança, o encanto pelas cidades e as possibilidades de uma sinecura.

Embora um agrarista convicto, Alberto Torres não poupava críticas ao sistema latifundiário brasileiro e seus mecanismos de ação. A atividade agrícola não era a questão crítica, mas sim as práticas que a acompanhavam:

Na economia — eis uma verdade que não temo submeter à contraprova das mais rigorosas e profundas investigações da estatística e da análise social — toda a nossa aparente

vitalidade consta, de extremo a extremo do país, de extração de produtos e de limitado esforço de exploração extensiva, em que a nossa terra vai cedendo tudo quanto possuem de riqueza natural, ao alcance da mão ou de rudimentaríssimos processos de trabalho, com vertiginosa desvalorização, ainda não atingida — a não ser no vale da Mesopotâmia — em regiões já exploradas há muitas dezenas de séculos”. (TORRES, 1982b, p.16)

Assim, o uso intensivo do solo para a monocultura de exportação, a grande propriedade rural, o abandono das massas de ex-escravos e colonos nativos seriam os fatores que contribuíam para o atraso da economia brasileira. Decorriam daí práticas “perniciosas”, como por exemplo a especulação financeira, o “argentarismo”, a fuga do homem do campo para as cidades, a ausência de um sentimento nacional, a falta de uma intelectualidade que se preocupasse com o país; tudo isso trazendo consigo consequências nefastas para a sociedade.

No entanto, a dimensão dos problemas brasileiros, para o nosso autor, parece que perdiam sua gravidade por se encontrarem inseridas numa limitada ótica pastoril, que tendia a simplificar suas proposições para superar nossas incontáveis dificuldades econômicas e sociais, reduzindo toda a complexa questão social republicana a uma espécie de alegoria bucólica:

Ao lado da grande cultura, que explora as produções que se exportam, fundar-se-ia a pequena cultura, para as produções de consumo; os nossos *párias* seriam incorporados à sociedade; e o Brasil possuiria uma vasta classe aplicada ao trabalho de lhe fornecer o alimento, que, até nas cidades, é escasso e mau, para as classes médias. [grifo do autor] (TORRES, 1982a, p.133).

Soam bastante nítidas as reservas e as significações negativas que atribuía ao mundo urbano-industrial, colônia dos nosso *párias*, e o universo onde se desenvolvia “o gosto pela imitação dos costumes superficiais”. [grifo do autor] O ambiente urbano, por abrigar formas de vidas com aspirações tão díspares, constituiria-se intrinsecamente num ambiente potencialmente conflitivo, e que envolvia numa névoa de apreensão o “Brasil - país-essencialmente agrícola”.(GOMES, 1980)

Sustentando a denúncia, enfatiza:

... os brasileiros ficaram divididos em duas sociedades sem liga e sem solidariedade: os que exploram o patrimônio nacional à guisa dos estrangeiros, e a multidão que trabalha para não morrer, ou que vai deixando extinguir, porque não tem onde, nem como trabalhar.(TORRES, 1982b, p.97).

#### 1. O Pensamento Político-Social de Alberto Torres

No quadro das transformações estruturais da ordem econômica brasileira, ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, é impossível omitir o processo de formação e consolidação do imperialismo, que configurou um novo patamar nas relações políticas e econômicas entre países ocidentais. (HOBSBAWM, 1982).

Esse fenômeno determinou sobremaneira a forma como essas nações, integradas pelos ideais do liberalismo econômico europeu, exerceriam influência sobre os Estados periféricos, obrigando-os a um processo de ajuste de suas instituições para manterem-se dependentes das determinações do capital concentrador.

Entender esta situação, implica invocar as próprias raízes históricas da formação da sociedade brasileira, onde foram assentadas as bases econômicas, políticas e sócio-culturais do país, sedimentadas e consolidadas institucionalmente, interna e externamente, durante o período imperial.

A posição do Brasil, no contexto inicial da Era Moderna, era de importância estratégica para o desenvolvimento do capitalismo europeu. Numa generalização muito ampla, pode-se afirmar que a sociedade brasileira sempre teve sua economia atrelada aos *a priori* das necessidades do países capitalistas

europeus, desde sua formação, e isso se intensificou na fase imperialista, até se consolidar de vez na atual fase de internacionalização total do capital.

Por estar atrelado e ter que responder às demandas internacionais — uma vez que historicamente o Brasil aparecera no cenário internacional como resposta a uma necessidade de expansão e desenvolvimento do capitalismo europeu — a consolidação do modo de produção capitalista, na sociedade brasileira, enfrentou questões muito peculiares.

Mesmo fundando-se em relações econômicas capitalistas, o Brasil, como grande parte dos países do Terceiro Mundo, em especial os latino americanos, segue um *modo de desenvolvimento* <sup>30</sup> capitalista próprio e trilha um caminho distinto dos países capitalistas centrais.

Uma das peculiaridades históricas do capitalismo brasileiro pode ser identificada no modo como o processo de industrialização, que timidamente se iniciou na Primeira República, consolidou-se no país. Nos países centrais, a industrialização foi um processo complexo e global de superação gradual de antigas formas de produção, motivado por fatores como a emergência de conhecimento geradores de novos processos técnicos, a incorporação

---

<sup>30</sup> O conceito “*modo de desenvolvimento*” é adotado por MARTINS (1991). O autor propõe aí uma releitura dos estudos feitos sobre o papel do Estado e sua atuação na organização do sistema capitalista, no contexto dos países onde não se processou a chamada “revolução burguesa”, enquanto movimento de classe. Nestes países, a ausência ou a impossibilidade de se repetirem os mesmos processos históricos (políticos, econômicos e sócio-culturais) que se desenvolveram nos países centrais, e deram sustentação à burguesia para implementar seu projeto histórico de ascensão, enquanto classe social, na organização da sociedade ocidental, faz com que ocorra um movimento de *aceleração histórica*. Nesse movimento, dirigido pelo Estado, etapas daqueles processos históricos (quando não são excluídos) sofram “saltos” para realinhar essas sociedades ao estágio de desenvolvimento daqueles países. op.cit., Cp.I: Estado e Burocracia no Brasil: uma rediscussão. p.15-40.

populacional ao mercado de trabalho e de consumo, a consolidação de uma camada intermediária com hábitos culturais e sociais particulares etc.... Esses fatores, entre muitos outros, acabaram gerando novas possibilidades históricas de avanço nas relações capitalistas, num contexto de desenvolvimento auto-sustentado.

A industrialização brasileira, contudo inseriu-se no contexto das exigências das já adiantadas relações que se processavam nos países centrais. A formação social brasileira, para consolidar a ordem capitalista, acelerou “fases históricas” (MARTINS,1991) dispensando, enquanto mediação, instituições, como a Escola, que nos pólos centrais desempenhou o papel de geradora de conhecimento e produtora de tecnologia. (XAVIER,1990). Processos que foram imprescindíveis na acumulação capitalista realizada nos países centrais, e que marcaram de maneira indelével as formações sociais que floresceram naquelas áreas, não se repetiram entre nós.

O importante a destacar, quanto ao processo de industrialização no país, é o fato deste ter sido gerado sob a hegemonia das atividades agro-exportadoras, numa espécie de “salvo-conduto”, para onde pudessem se escoar parcelas de capitais agrário (quando das crises sofridas pelas exportações de produtos primários) e, principalmente, investimentos oriundos das atividades mercantis exportadoras e importadoras, com a intermediação do capital financeiro internacional.

Portanto, o processo industrial brasileiro nasceu já dependente; internamente, das classes oligárquicas e de setores que dependiam desta para

sobreviver, e externamente dos empréstimos das casas bancárias internacionais. Além disso, aspecto saliente a ressaltar foi a indispensável participação do Estado na consolidação da industrialização brasileira.

Esse processo, portanto, não se fez a partir da superação das atividades agrárias e tampouco através da hegemonia política de uma elite representante das atividades industriais; ao contrário, adaptou-se às condições aqui encontradas.

País marcado fortemente por uma economia majoritariamente assentada no latifúndio, na exploração da monocultura exportadora, e tendo atrás de si um legado de três séculos e meio de trabalho escravo, a sociedade brasileira era, nos finais do século XIX e início dos XX, principalmente nos seus dois mais importantes centros urbanos (Rio de Janeiro e São Paulo), uma "jovem" república convulsionada pelas urgências que a realidade daquele momento produzia.

Referimo-nos à crise do sistema agrário (colapso do ciclo cafeeiro), à implantação do trabalho assalariado, à diversificação da economia através do processo de industrialização, à pressão de grupos sociais emergentes, lutando por uma maior representação política; ao fluxo imigratório, ao desemprego da população nacional e ao aumento da criminalidade.

Portanto, ao analisarmos os diversos projetos de desenvolvimentos formulados para a sociedade brasileira da Primeira República, é vital atentarmos para essa especificidade estrutural, e para o tratamento prático e político dado, à questão, pelas elites econômicas e culturais, as repercussões

dessas propostas nos embates sociais e na configuração das alianças políticas que sustentaram o regime oligárquico e, além disso, a atuação do Estado na manutenção dessa ordem.

A República Velha é um período que expõe a fragilidade institucional de uma sociedade que buscava potencializar suas forças produtivas e emancipar-se como Nação. Porém, esse caminho seria abundante em equívocos, agravados pela dependência do país em relação aos mercados internacionais, e à conjuntura mundial da época. A economia de base agro-exportadora encontrava-se penalizada pelas constantes baixas das bolsas internacionais, pela perda de mercados para outros países produtores e seus novos produtos e, no plano da representação política, pela continuidade de práticas coronelísticas autoritárias, desagregadoras e paternalistas.

Assistia-se, aí, à destruição do modelo de auto-preservação dos estados e ao desarranjo radical da economia rural, que colocava a sociedade brasileira num ponto sem retorno.

A crise era fruto de contradições que marcaram o período e que apontavam, ao mesmo tempo, para uma possível superação, considerando que as novas forças produtivas estavam aprisionadas pelo modelo agro-exportador. Além das sucessivas quedas das cotações dos produtos agrícolas nas bolsas internacionais, os interesses monocultores chocavam-se com a diversificação e ampliação dos sistemas produtores de cunho industrial, e com os grupos representantes do mercado importador. Tal conjuntura arrebentava de vez com



a auto-suficiência do latifúndio, obrigando os capitais agrários a diversificarem seus investimentos.<sup>31</sup>

O histórico desestímulo oficial à industrialização retardava a consolidação de relações capitalistas mais avançadas, retraindo o crescimento e desenvolvimento dos centros urbanos. Essa situação atingiu seu ponto de exaustão a partir da primeira década deste século e, ainda que a contra-gosto dos interesses agrários, a indústria se tornou atividade complementar à grande monocultura exportadora.

Num primeiro momento, é no interior dessa dinâmica de macro-integração entre duas realidades, a externa ( a Europa — particularmente a Inglaterra e, em seguida, os EUA) e a interna ( o Brasil recém republicano), que desejamos inserir a análise do pensamento de Alberto Torres.

Diferente do período imperial, o primeiro período republicano brasileiro assistiu a uma efervescência no plano das ideologias políticas. Data dessa época a entrada, na sociedade brasileira, de novas idéias, que resultaram em movimentos sociais, e a formação de partidos políticos e agremiações, que influenciariam o curso dos acontecimentos no país.

Podemos citar aí as idéias anarquistas e socialistas, trazidas principalmente pelos imigrantes (italianos, sobretudo), o tenentismo (camadas médias urbanas), o comunismo (fundação do PC em 1922), o modernismo, o catolicismo, o nacionalismo, entre outros.

---

<sup>31</sup> Essas questões estão fartamente discutidas em textos de autores como Bóris Fausto, Sérgio Silva e outros. Cf. bibliografia.

O período assistiu a uma enxurrada de reivindicações sociais, vindas de todos os setores da sociedade. A Educação aparece, então, numa perspectiva privilegiada no discurso político da época, e se manterá nessa condição durante as duas primeiras décadas do século XX, até que a Revolução de 30 a colocasse na órbita única e exclusiva do Estado.

Na fase inicial da transição republicana, a escolarização entrava na pauta das polêmicas e nas calorosas discussões sobre a representação política.

Acreditamos estar bastante documentado, na História da Educação Brasileira, o grande fervor que cercou a questão durante a Primeira República.(NAGLE,1974)

A questão fora despertada já quando da Lei Saraiva, de 1882, que limitava o direito de voto somente àqueles que dominassem as técnicas de leitura e escrita, e que comprovassem uma determinada renda anual — previamente estabelecida. A Constituição republicana de 1891 eliminara o preceito censitário, mas conservara a proibição do exercício da representação política ao analfabeto. Assim, o exercício do voto ficava completamente vetado à grande maioria da população, discriminada pelo fator escolarização. (PAIVA, 1987)

Ficava, assim, sugerida a intenção política das oligarquias em restringir o aparecimento de novos atores na cena política, produto das novas atividades ligadas à indústria.

Operando no interior de limites sociais e históricos, a questão educacional apareceu e manteve-se durante toda a Primeira República, com

um papel ideológico destacado. Através dela serão deslocadas e canalizadas as esperanças da sociedade por alterações político-sociais. O tema educacional será discutido no Parlamento, na Igreja, nos partidos políticos, nos sindicatos, nas casernas, nos clubes mundanos; em qualquer espaço onde, enfim, se encontrassem pessoas possuidoras do privilégio de poder contar com mediana capacidade de discernimento.

A demanda pela escolarização aparece, portanto, com a característica marcante de um clamor multipardiário, polifônico, unânime. Foi assimilada aos discursos de uma imensa gama de movimentos políticos, dos mais diversos matizes ideológicos, dos tenentes aos modernistas e socialistas, dos nacionalistas aos católicos, radicalizada pelos anarquistas, etc... A propósito, J. Nagle afirma:

... o mais manifesto resultado das transformações sociais, foi o aparecimento de inusitado *entusiasmo pela educação* e de marcante *otimismo pedagógico*. [grifos do autor] (NAGLE, 1974, p.99)

Outro fator politicamente polêmico da agenda republicana era a questão do federalismo — centralização ou a descentralização do Estado brasileiro. Neste ponto, o debate educacional colocava a questão da competência do gerenciamento dos sistemas educacionais, ou seja, se deveriam ser de responsabilidade da União ou dos Estados.

Prevaleceu, na Constituinte de 1891, o princípio da descentralização dos sistemas públicos de ensino elementar, mantendo a mesma orientação do Ato Adicional de 1834. Isto parece ter reforçado o marasmo em torno das

realizações educacionais nesse nível de ensino, que marcara o Império. “No terreno da educação popular, os primeiros 25 anos do regime republicano não diferem das duas últimas décadas do Império”. (PAIVA, 1987, p.79)

No entanto, por trás da aparente displicência governamental, fosse no âmbito do governo federal ou dos governos estaduais, estava a crença em que o aparecimento de alfabetizados à cena pública implicaria num aumento do número de eleitores e, conseqüentemente, numa alteração na correlação das forças políticas.

Não se pode deixar de assinalar que, em âmbito mundial, nesse mesmo período, os novos avanços e possibilidades da técnica e da ciência estavam sendo substancialmente renovados e colocados a serviço das atividades econômicas. O país recebia, como mensagem histórica das nações desenvolvidas, a suposta vantagem social do progresso técnico-científico, e a instrução era pensada, pelas elites intelectuais, também como um “passaporte” para o progresso. Essa expectativa gerou, no entanto, “leituras” que sugeriam diferentes formas de conceber o educacional, entre elas, a dos “entusiastas” pela educação e a dos “otimistas”.<sup>32</sup>

Dentre os primeiros, alguns concebiam a escolarização como uma estratégia política para alterar a representação no poder constituído, outros, como forma de controle contra influências ideológicas alienígenas. Por outro

---

<sup>32</sup> “Entusiasmo pela Educação” e “Otimismo Pedagógico” são expressões forjadas por NAGLE, (1974). op.cit.

lado, balizada pelos postulados de um “otimismo pedagógico”, cuja expressão máxima foi o movimento dos Pioneiros da Educação, a educação era encarada como o móvel de prosperidade econômica e suporte para que o país se projetasse e igualasse aos grandes impérios econômicos do mundo ocidental. A questão é assim definida por Nagle:

... o tema da escolarização era concebido como a mais eficaz alavanca da História brasileira [...] pelas suas ligações com problemas de outra ordem, geralmente problemas de natureza política [...] proposto e analisado de acordo com um amplo programa desta ou daquela corrente ou movimento, ela servia a propósitos extra-escolares ou extra-pedagógicos; era uma peça entre outras, importante, sem dúvida, pelas suas ligações com problemas de outra ordem, geralmente problemas de natureza política. (NAGLE, 1974, p.102)

Pressionada entre essas duas tendências — uma, o “entusiasmo”, politicamente intencionada a reordenar ou a controlar a participação de novos grupos no poder, e a segunda, de caráter mais pragmático e “econômico”, o “otimismo”, que visava potencializar as forças produtivas para o desenvolvimento do país — a educação aparecia como a “panacéia” do século:

...tratada por homens públicos e por intelectuais que, ao mesmo tempo, eram “educadores”, num tempo, em que os assuntos educacionais não constituíam, ainda, uma atividade suficientemente profissionalizada. (NAGLE, 1974, p.102).

A peculiaridade desse quadro social reside no fato de que, em uma sociedade sustentada pela produção agrícola de exportação, outras estruturas sociais — geradas no desenvolvimento daquelas relações imperialistas — apontavam, ainda que marginalmente, chocando-se com as tradicionais, colocavam em cheque o sistema de representação política.

Arriscamos dizer que, numa perspectiva mais abrangente, estava claro que esse cenário instável era um reflexo, ainda que tímido, das pressões de grupos endógenos e exógenos por transformações estruturais do engessado modelo agro-exportador, e, por consequência, das formas representativas, que mantinham os seus sustentáculos políticos.

Subjacente a esse espírito de luta e confronto entre facções, as mais diversas possíveis e em “nome do povo”, os embates políticos republicanos guardaram peculiaridades significativas, e uma delas era a distância entre o discurso, carregado nas tintas e centrado no educacional, e a sua prática real, mediada por compromissos ligados aos mais paroquiais interesses privados. Isso marcava singularmente a maneira como aquelas elites políticas abordavam e enfrentavam os conflitos que lhes eram postos.

No contexto das questões que acabamos de descrever, o papel das oligarquias e os interesses “beligerantes” são assim examinados por Xavier:

A perspectiva de mudança inevitável colocou em cena, com fervor, todas as tendências presentes na sociedade da época, desde as surpreendentemente revolucionárias às tradicionalmente reacionárias. As revolucionárias representadas por um operariado de ponta, fração consciente mas incipiente da massa trabalhadora nacional, sem respaldo e sem representatividade política. As reacionárias, lideradas pelas oligarquias tradicionais cuja sustentação política, contudo, revelava-se cada vez mais dependente de alianças com as frações emergentes e as classes médias em ascensão. E as reformistas, dominantes e vitoriosas, representadas por todos aqueles que, conscientemente ou não, lançavam mão de todos os mecanismos de mediação disponíveis para conciliar os interesses pelo alto e operar as mudanças estritamente necessária para expandir as atividades econômicas e alargar o campo da participação política, sem comprometer as bases da concentração de renda. É esse o contexto no qual afloram os “nacionalismos”, os “entusiasmos”, e os “otimismo” que, para além das propostas específicas que veiculavam, no que

diz respeito à qualidade das mudanças reivindicadas, tinham como solo comum a crença , real ou meramente proclamada, na construção de um novo país através da escola. Quer se tratasse de difundir para “redimir os analfabetos” e criar base para o exercício da democracia e para a recomposição do poder, quer se tratasse de remodelar o sistema educacional para criar uma nova ordem econômico-social, estava subjacente a idéia de que progresso possível dependia das vontades e das consciências. O futuro estava em aberto e tudo era possível; era superar o passado e começar uma nova história, projeto do intelecto e obra da escola.(XAVIER, 1990, p.64-5)

Certamente falar do “social” apenas no primeiro período republicano brasileiro, é fazê-lo tardiamente. Como já apontamos, o país arcava com uma herança secular, associada ao trabalho escravo. Além dessa herança, muito antes de nos tornarmos um país republicano, o problema social, e o seu resultado mais visível — a pobreza das massas — já haviam despontado no mundo capitalista europeu, há pelo menos dois séculos (DEPAU, 1974). Assim sendo, antes mesmo das relações capitalistas se consolidarem, o ambiente da pobreza esteve presente na história da humanidade. “Todavia, condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo”.(MARX, 1994, p.266)<sup>33</sup>

Nessa ótica, o que difere o estado de pobreza no capitalismo é a sua urgência; é o fato de deixar os homens reduzidos "ao império absoluto dos seus corpos, isto é, ao império absoluto da necessidade" (ARENDT, 1990,

---

<sup>33</sup> Sobre a preocupação de Marx com a questão social, em seu tempo, encontramos referências ao longo de toda sua obra. Gostaríamos de ressaltar aqui a sua veia crítica e humana para com as condições dos trabalhadores, retiradas de relatórios de comissões parlamentares inglesas, comissões médicas, inspetores de fábricas etc... e que estão presentes em O Capital (livro I vol.1) nos capítulos VIII, a jornada de trabalho; XIII, a maquinaria e a indústria moderna; XXIII, a lei geral da acumulação capitalista. É também obrigatório citar o importante trabalho de Engels, “A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra”.

p.48)<sup>34</sup>, num estado permanente de privação. Conquanto se reconheça o manto da ignorância em que vivia mergulhado o servo feudal, ou o caráter abjeto e bestial que marcavam as relações de trabalho do escravismo, os homens que estavam na base desses sistemas — a despeito do inconformismo e da revolta perante a sua situação — tinham atendidas as suas necessidades mínimas, o que lhes permitia a garantia da sobrevivência, porque nela estava a condição para a continuidade do sistema.

O advento da República no Brasil trouxe à cena pública aquele que, para ENGELS (1975) despontara no plano político com a Revolução Francesa e, no plano econômico, com a Revolução Industrial Inglesa: — a presença do proletariado.

O povo brasileiro, em fins do século 19 e início do 20, era composto principalmente pelo negro recém liberto, pelo branco imigrante e pobre (geralmente português) e pelos miscigenados. Pensar a opinião pública dessa sociedade é debruçar-se sobre um prisma ideológico calibrado por uma elite, composta principalmente de médicos, advogados e engenheiros, que tomavam como parâmetro de suas formulações político-ideológicas as duas maiores cidades do seu tempo: Rio de Janeiro e São Paulo. A partir de suas observações regionalizadas, extrapolavam as conclusões para o restante do país. Eram recorrentes as equivalências médicas e higienistas que se utilizavam na análise desse microcosmo: a desordem é a imagem do tumor

---

<sup>34</sup> ARENDT, Hanna. *A Questão Social*. In: Da Revolução. São Paulo: Ática, 1990.



“metastaseando” lentamente a sociedade sadia. (ENGEL, 1989; RAGO, 1985,1991; VAINFAS, 1986).

Via de regra, a sociedade branca e "empreendedora" aparecia como a encarnação dos valores de uma vida saudável, em contraposição a uma massa de mascates desempregados, prostitutas, ladrões, capoeiras, estivadores e ambulantes, que perambulavam pelas cidades, num movimento ilógico e desordenado, que não se compatibilizava com a racionalidade da organização do mundo da então nascente fábrica. (CHALHOUB, 1984).

Ao longo dos anos 10 e 20, esses grupos serão alvos constantes das medidas de controle vindas da Medicina, do Direito, polícia, e, posteriormente, da assistência social institucionalizada, com o intuito de adequá-los ao modo de vida burguês.<sup>35</sup>

Como já anotamos, as contribuições intelectuais de Alberto Torres, a despeito das insuficiências que hoje nelas encontramos, serviram para balizar toda uma geração de intelectuais ao longo das primeiras décadas do século XX. A inovação mais saliente que se pode observar em seus estudos, é a análise da realidade brasileira fundamentada na crítica dos seus aspectos concretos. Era totalmente descabido, para o autor, buscar nos “bandos de vagabundos de “jagunços”, de “caipiras”, de “cangaceiros” e de “caboclos”,

---

<sup>35</sup> Nas áreas do Direito, Engenharia e Medicina proliferaram trabalhos de conotações políticas e ideológicas, relacionados à urgência de se promover simultaneamente reformas urbanas nas cidades e intervenções médicas nos hábitos das suas populações, principalmente as mais pobres. Apontamos o clássico caso das reformas urbanísticas no Rio de Janeiro, no início deste século (BENCHIMOL, 1992), além da rebelião popular conhecida como a “revolta da vacina” (CARVALHO, 1987). É possível citar clássicos que tratam desse assunto em contextos e abordagens mais amplos como, DONZELOT (1980) *A Polícia das Famílias*, e alguns trabalhos de FOUCAULT (1977).

espalhados por toda a parte a causa fundamental dos males que afligiam a sociedade.

No entanto, sua possível contribuição para a discussão educacional está presente nos seus inúmeros escritos e projetos, pensados no contexto de uma ação social mais ampla, e inserida dentro de preocupações maiores. A educação aí, e o seu instrumento mais específico, a escolarização, aparecem como meio, ainda que de importância secundária, dentro de um modo mais amplo de conceber a organização jurídico-política da sociedade brasileira da época.

## **2. O Pensamento Educacional de Alberto Torres**

Com Alberto Torres, entrava na cena intelectual brasileira questões como a autoridade do Governo, a moralidade das elites políticas, o perigo das nações estrangeiras, a necessidade de educar o povo para forjar a Nação; questões enfim que iriam compor a agenda da opinião pública brasileira, ao longo das décadas do 10 e 20.

Ideologicamente o Autor apenas esboça a tendência que, ao longo do tempo, transformaria o campo educacional no *locus* privilegiado para se atingir as reformas imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Mas, na sua concepção, o campo educacional teria a função serventia muito específica e, é preciso salientar, Alberto Torres em momento algum de suas reflexões enfatiza a questão da representatividade através do voto; tampouco estabelece relação direta entre escola e exercício da cidadania, como muitos em sua época.

Numa de suas mensagens, enviadas à Assembléia Legislativa, quando Presidente de Estado, apresenta, no melhor estilo parlamentar, suas preocupações pedagógicas:

Educar, é a primeira, a mais imperiosa das necessidades do nosso país. Educar, estabelecendo o equilíbrio indispensável entre o desenvolvimento físico, moral e intelectual de cada indivíduo; educar, para desenvolver e corrigir as faculdades naturais do homem brasileiro; educar, para aperfeiçoar os estímulos e retificar os defeitos com que as condições da herança e do meio modelam os filhos da nossa terra; educar, enfim, para fazer a cultura do sentimento, do espírito e do caráter nacional, de forma a constituir com a unidade das idéias e dos móveis morais e intelectuais, a mais sólida força da unidade da Pátria.

É preciso educar, é preciso que neste momento angustiante da nossa vida pública, em que todos os problemas, analisados nas

suas fontes mais profundas, vão encontrar como causa perturbadora uma crise moral e social: a crise econômica e financeira, pelo sacrifício das ambições simples e produtivas à febre vertiginosa da especulação; a crise política, pelo esquecimento do dever cívico e pela esterilidade das lutas pessoais — é preciso que o esforço, a inteligência e o patriotismo dos homens públicos se concentrem na educação.(MARSON 1979, p. 56)

Já nesse momento, parece-nos que, para Alberto Torres, o princípio da individualidade, produto do Iluminismo, concebido para libertar o indivíduo das “trevas”, não se revelava o mecanismo político mais adequado à liberdade pessoal, uma vez que este resultara no individualismo, e em “esquecimento do dever cívico”. Como projeto político de emancipação social, prefere privilegiar a esfera jurídica; o Estado e as classes intelectuais, como os mentores e arquitetos dessa sociedade, e não o indivíduo e a ética da iniciativa privada. Aí se encontra basicamente o autoritarismo de seu pensamento político.

Alberto Torres é um autor que questiona sempre a partir do campo da política e, portanto, o discute de forma intensa e apaixonada, com a autoridade de quem viveu o intrincado mundo das articulações oligárquicas. Ele não chegou a formular efetivamente uma política educacional, e tão pouco se colocou como educador. Sendo assim, vai repetidamente atribuir as causas do atraso do país às instituições bases da República. No seu entender, o “nosso problema vital é o problema da nossa organização” (TORRES, 1982b, p.23) e o quadro social brasileiro é o reflexo imediato desta nossa falta de capacidade para o auto-governo:

...De parte a insuficiência e desordem, em quase todas as nossas administrações a nossa eterna crise orçamentária e financeira, as nossas dívidas pesadíssimas, o abandono dos mais vitais dos nossos problemas — mais que o bastante para

nos convencer da necessidade de um governo fortíssimo, não é lícito duvidar de que toda a atividade da nossa vida pública está absorvida pelo enredo a que chamamos política, nessas sucessões de lutas pessoais e de grupos, guerras de campanários, generalizadas até os poderes federais: todo um mecanismo parasita, em suma, que, sem grande parte, talvez, da improbidade que se lhe imputa, mas, agitando-se sempre em torno, e por causa, das pessoas, de rivalidades de interesses de facções, não passa de uma vegetação de caudilhagem e destruição, ramificada por todos os órgãos do poder público.

A oligarquia democrática explora a vida pública, no Brasil, com o mesmo desembaraço que os senhores punham em explorar seus vassalos. (TORRES, 1982a, p.173)

E acrescenta,

Se fosse mister apresentar provas cabais da nossa desorganização, bastaria encarar os seguintes fatos, documentos da nossa penúria, com coisas essenciais à vida de uma nação possuidora, como a nossa, de vasto território: O Brasil é um país que não produz o suficiente para a alimentação do seu povo, grande massa do povo brasileiro consta de bandos, miseráveis e nômades, em processo quase de eliminação, e de proletários irregulares, sem preparo para o trabalho; a educação é quase nula, na maioria dos Estados, mal orientada em todo o país. (TORRES, 1982a, p.167).

Temendo pela inserção do país no conjunto das transformações tecnológicas do seu tempo, o Autor acrescenta,

Ora, não só o surto e impulso dessas forças (o vapor, a locomotiva, as máquinas industriais, iniciativas de ambições, desenvolvimento do crédito, emancipação política do homem, idéias individualistas etc...) atingiu proporções desmesuradas, como deslocou-se, ainda mais, do terreno da satisfação das necessidades e das utilidades humanas, para produzir — com o próprio imprevisto e exagero de sua ação e de seu alcance — um retrocesso na evolução do homem e no desenvolvimento das forças econômicas mais úteis à vida e à saúde . Esse movimento prejudicou e desmoralizou o trabalho, no conjunto de seus frutos, e excitou ambições, destruindo uma das melhores bases da civilização equilibrada e sã: a das populações estáveis, sedentárias, vivendo na paz e no conforto dos labores da terra, com a cultura de tudo, quanto interesses à vida — populações que com o progresso menos vertiginoso dos meios mecânicos de produção e de transporte e dos instrumentos de circulação comercial, iriam ganhando mais sólida prosperidade.

A velocidade e a comodidade nas viagens por estrada de ferro e as facilidades ao comércio de exportação e de importação dão aos olhos do povo a imagem de um grande melhoramento e, com ela, a ilusão do progresso. Nas regiões exploradas, as estradas de ferro precipitam a decadência das zonas intermedias e prolongam a exploração extensiva da terra: duplo desastre econômico e social.

Nas regiões novas produzem sempre o segundo desse resultado. Nossa política precisa ser orientada no sentido da conservação das riquezas e da valorização da terra. (TORRES, 1982a, p.191)

E ainda,

É evidente que a nossa organização jurídica e política encobre a realidade de uma profunda desorganização social e econômica. Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade, esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por eles se faz é dar-lhes má e insuficiente instrução. (TORRES, 1982a, p. 199)

São essas as expectativas de Alberto Torres em relação ao problema brasileiro. O educacional é um instrumental, quase sempre lembrado de forma eventual e que aparece apenas como um paliativo; recurso menor, mas necessário para atingir objetivos políticos; objetivos muito específicos para serem concretizados pela ação pedagógica. A intersecção entre esses objetivos e a realidade passava, na sua ótica, para muito além da competência esperada das instituições escolares.

Agora, quando se acha investido da autoridade de Presidente, a sua responsabilidade obriga-o a procurar um corretivo para os “males da sociedade” e os desvios no funcionamento do regime. O administrador apegase, então, a uma solução de extrema urgência, a única capaz de reconstituir a unidade social: a educação, pela regeneração do caráter, para formar a nacionalidade, mediante a criação de uma “força intelectual e moral que forma a corrente da opinião, indispensável às civilizações modernas, para produzir a atmosfera moral e intelectual da Nação”.

A validade do programa pedagógico-civilizador atendia uma outra estratégia: preservar a ordem social (“unidade

nacional”) das “ameaças externas”. (MARSON, 1979, p. 56-57)

Assim conhecido o campo sobre o qual atua seu pensamento, ressaltamos que o Autor considerava como a primeira lei orgânica das sociedades contemporâneas:

...assegurar a todos os homens a posse dos elementos necessários à vida sã, do corpo e do espírito, provendo-lhes os aptidões, segundo a direção de suas capacidades meios indispensáveis ao exercício de suas aptidões. Segundo a direção de suas capacidades. (TORRES, 1982a, p.130)

Subjacente a essas considerações, está o conceito de educação integral de sua época: destaca a importância das diferenças psicológicas individuais, realçado o aspecto da personalidade, bem como recomenda o conhecimento das aptidões individuais, a fim de proporcionar ao sujeito os meios de atingir, através da orientação de sua capacidade, a posição que lhe cabe na sociedade. Acentua ainda o valor econômico, como indispensável para a conquista de uma situação qualificada no meio social: “Sem valor econômico o homem não pode ter personalidade”. (TORRES, 1982a, p.205)

Examinando particularmente o problema brasileiro, sob a luz do agrarismo, sentenciava:

a fraqueza da nossa sociedade nacional está na falta de valor econômico do homem, detentor, negligente ou ignorante, da terra fecunda e grande. (TORRES, 1982a, p.205)

Em seguida, observava:

o brasileiro não tem vida econômica e não recebeu educação para o trabalho e para a administração. A produção, na agricultura, representa um simples sistema de exploração imprevidente da terra”. (TORRES, 1982a, p.205)

Estava convencido de que a vocação e o caminho a ser trilhado pelo Brasil era o de se tornar uma portentosa “república agrícola”, tal seria a subordinação natural da economia e da política à generosidade geográfica e às contingências históricas da nossa formação social.

Partindo dessa noção de determinação do nosso destino, decorrente da vastidão e riqueza do território nacional, A. Torres recomendava como medida indispensável fixar o indivíduo na agricultura, onde se encontrava,

a própria relação entre as aptidões do homem e o trabalho que contém implícita a tendência do maior número para os trabalhos do campo. (TORRES, 1982a, p.132-33)

Dentro desse espírito, caracterizava-se a sua postura em relação ao seu projeto econômico para o país, e a sua concepção de educação, como preparação dos homens para uma ordem econômica baseada na agricultura: “num país vasto, como o nosso, a maioria da população *deve* [grifo do autor] ser de agricultores”. (TORRES, 1982a, p.235)

Assim, delineia alguns princípios básicos de uma política educacional adequada a um país “que tem de ser, em primeiro lugar, um país agrícola”, já que “é ridículo contestar-lhe este destino” (TORRES, 1982a, p.207). Os fins de sua política educacional seriam fixar o homem no meio agrícola, habilitá-lo para o trabalho rural; despertar, enfim, nos indivíduos, o amor à terra.

Porém, a sua concepção de qualificação dessa mão de obra rural é norteadada por critérios polêmicos. Esse treinamento para o campo deveria desprezar opções profissionais ligadas ao meio urbano-industrial, pois



entendia que um dos motivos pelos quais o povo evitava o campo e preferia se instalar nas cidades era uma verdadeira repugnância pelo trabalho rural.

“As condições econômicas e sociais da vida agrícola repelem os habitantes sem educação apropriada para amá-la e para exercê-la”. (TORRES, 1982a, p.231)

Tal situação configurava para o país um grave fenômeno, que era o exôdo rural, cujas causas e repercussões negativas seriam mitigadas através de uma política de educação baseadas nos seguintes princípios:

Para realizar a política educativa, orientada pelo escopo do preparo geral das populações para a vida agrícola cumpre estabelecer severas medidas de seleção em todas as camadas da sociedade das verdadeiras aptidões e capacidades para os estudos superiores, dificultando-se aos menos aptos acesso a estes estudos. A instrução secundária e superior são hoje privilégio e destino dos filhos abastados; injustiça e perda de valores intelectuais para o país, por um lado, com desastrosa influência de incapazes, por outro; deslocação afinal, para as letras e profissões liberais de uma enorme massa de brasileiros. (TORRES, 1982a, p.231)

Em seu projeto de constituição federal, que acompanha sua obra *A Organização Nacional*, inclui, nos seu artigo 86, os seguintes parágrafos relativos à educação:

§7ºSerá leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§8ºO ensino primário e o profissional agrícola, no campo, serão gratuitos, sendo condição do exercício dos direitos políticos e civis a posse de um título de habilitação pelas escolas primárias e o exercício de uma profissão, com a necessária habilitação técnica. Nenhum indivíduo, será declarado maior, para os efeitos da capacidade física e mental sem que satisfaça os requisitos deste artigo.

§9ºTodo cidadão tem direito aos meios de trabalho, de educação e de cultura, competindo ao Poder Público supri-los, de acordo com as aptidões demonstradas. Nenhum cidadão poderá praticar atos da vida pública, política e civil, sem dar prova de haver cumprido, no ano anterior, os deveres políticos, sociais e jurídicos de cidadão brasileiro,

especialmente os de votar nas eleições e de exercer os cargos ou serviços públicos de qualquer natureza.

§10º Os Governos das províncias e o federal promoverão a educação gratuita, até os cursos superiores, dos brasileiros que demonstrarem capacidade. A lei regulará, por outro lado, a admissão nos cursos superiores, de modo a restringir o número dos que exercem profissões, limitando a matrícula e exigindo rigorosas provas de aptidão. (TORRES, 1982a, p.325-26)

Ao falarmos das concepções de educação, presentes nos trabalhos de análise de Alberto Torres, é importante identificar, ainda que a grosso modo, alguns momentos de suas reflexões, nas quais se fundam suas preocupações educacionais.

Já dissemos que o Autor não se preocupou prioritariamente, nem foi um “expert” em assuntos educacionais e, como já sublinhamos, a educação é mesmo concebida, em algumas de suas reflexões políticas, como fator de instabilidade social, quando à ela associa a idéia de fomentadora das ambições individuais.

Ao se colocar como uma figura investida de autoridade moral para criticar a sociedade de seu tempo, Alberto Torres encontrava na sua posição de intelectual a legitimidade institucional para criticar o mundo que o rodeiava e, ao mesmo tempo, propor uma alternativa de solução para os problemas nacionais. A base legal dessa autoridade moral parecia advir do seu status de bacharel, intelectual, ex-funcionário público de alto escalão e militante da vida republicana brasileira. Essa condição de “literato”, que legitimaria suas concepções sociais, políticas, econômicas e ideológicas; subentendia sua crença no valor da escolaridade.

## **2.1 Educação e Patriotismo**

Com a sociedade brasileira em plena crise econômico-social, típica das primeiras décadas do século XX, a preocupação recorrente na crítica de Alberto Torres era a de apontar, no interior das elites dirigentes, os responsáveis pelas descaminhos que os diversos setores, em que se alicerçava a Nação, iam tomando:

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio... (TORRES, 1982a, p.63)

No entanto, procura esmiuçar em detalhes e em termos mais concretos aquilo que aí aparece de forma generalizada e impessoal. Entendia que a sequência sistemática dos nossos erros não se devia apenas a uma predestinação fantástica do país ao atraso:

...os homens e os partidos políticos são os autores da nossa vida, da nossa civilização ou do nosso atraso, do acerto ou do desacerto, na orientação que vamos dando à solução das lutas políticas e de suas crises; a contemplação do que se tem feito e se tem deixado de fazer com relação à educação popular, à colonização, ao povoamento, à proteção econômica e sensata de nossas produções, ao valor da moeda, à criação e proteção de indústrias artificiais, ao lado do abandono de inúmeras indústrias naturais e produtivas — bastam para assinalar que a atividade legislativa e governamental da República, por todos os seus órgãos, influiu sobre os nossos destinos com assinalada eficiência. (TORRES, 1982a, p.142-43)

As instituições da República aqui instalada, pareciam não ter conseguido cumprir as metas sociais para transformar “os nossos destinos”. No entanto, apesar de denunciar um quadro de desgoverno, procurava indicar que

as soluções dos problemas brasileiros deviam ser buscados no seio da nossa sociedade, uma vez que não careciam de sistemas ou teses sofisticadas.

Somos um país de inteligência superior.  
É que as realidades da vida política não dependem nem de grandes idéias, nem de belos discursos, nem mesmo, exclusivamente, de leis perfeitas, mas dos métodos e processos ordinários da política e da administração.  
(TORRES, 1982a, p.96)

O caminho indicado por Alberto Torres trazia, para a discussão social brasileira, a defesa do Estado como construtor das “realidades da vida política”, formador da Nação. Assim, impunha-se uma tarefa primordial, a de conhecer a nossa terra para melhor preservá-la; tornava-se fundamental, portanto, adquirir todo o conhecimento sobre este país “novo”, para transformá-lo em todos os seus aspectos.

Estudar o Brasil, eis o que deverá ser o lema do patriotismo e do zelo pela sorte de nossa terra. (TORRES, 1982a, p.64)

E isso porque:

As nações modernas não se formam espontaneamente: são obra de arte política. (TORRES, 1982a, p.136)

Herança intelectual característica do pensamento de Alberto Torres, seria o apelo em favor do “patriotismo”, chamamento que anos mais tarde se tornaria elemento muito ativo no cenário político nacional, e em alguns momentos, vinculado a palavras de ordem em torno da escolarização. Na plataforma ideológica que esboçava, as “falhas” do nosso país se ancoravam na falta de amor pátrio, no caráter das nossas elites dirigentes e no povo que vivia mergulhado na ignorância. Dessa forma, preparar a Nação era um dever dos “esclarecidos”:

Educar o patriotismo é a função dos diretores de opinião mas educa-lo austeramente e positivamente, sobre a base da realidade das nossas coisas, para que daí possa surgir a consciência da nossa verdadeira posição no mundo, e de nossos destinos. (TORRES, 1982a, p.103)

E para dar início a essa tarefa,

O Governo Federal deve, como guarda da soberania e unidade nacional, impor o ensino, talvez exclusivo, da língua nacional em todas as escolas primárias do país. (TORRES, 1982a, p.119)

Dada a extensão territorial da Pátria e a diversidade da nossa população, tornava-se necessário,

No Brasil, com mais forte razão, o estudo da síntese nacional, e o trabalho de educação da opinião e de arregimentação dos espíritos em torno de um programa e de um ideal, é, por força da nossa conformação geográfica, mais difícil e mais necessário. (TORRES, 1982b, p. 85)

E advertia:

Acima de tudo isso, cumpre, porém, ter em vista que, se as instituições políticas precisaram ser sempre subordinadas às condições peculiares, à terra, ao povo e à sociedade, a natureza especial desses elementos, no Brasil, ainda maior cuidado e atenção impõe ao estudo de seus caracteres. (TORRES, 1982a, p.183)

Uma vez que nos concebíamos como um país “novo”, desprovido dos mecanismos sociais e políticos das “sociedades civilizadas”, urgia criar formas de construir a Nação e o Estado. Nessas novas formulações é que residia o papel da Educação:

...no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição — nem a sociedade existe, nem o Estado; e Estado e sociedade têm de organizar-se, reciprocamente, por um processo mútuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício, o que vale dizer por um programa, isto é, por uma política: eis o meio de transubstanciar este gigante desagregado em uma nacionalidade. (TORRES, 1982a, p.37)

Na apreensão dos problemas da estrutura política nacional, Alberto Torres considerava que o arcabouço jurídico que sustentava a sociedade era o elemento responsável pelos desajustes da vida nacional. Entretanto, concebia suas propostas reconhecendo algumas das instituições republicanas, que ardorosamente criticava, como locais privilegiados para a construção da “nacionalidade”. Transparece naquelas críticas a sensação de que o regime republicano não era em si prejudicial ao país, porém, os homens que estavam na sua condução o haviam transformado em um sistema corrupto, desagregador e ineficiente. Uma nação rica e sólida se fazia, em primeiro lugar, pelos seus governantes, incumbidos do bom funcionamento da sociedade. Esta nada mais refletia que as convicções dos seus homens, principalmente daqueles que ocupavam as posições de poder:

Um governo republicano, sinceramente desejoso de fundar a nossa democracia sobre a opinião esclarecida, deveria começar por elevar às posições públicas, e animar para o trabalho, os homens que pensam, que crêem na eficácia das idéias e têm coragem serena e firme de suas opiniões. Só da ação de tais individualidades pode surgir uma verdadeira democracia representativa. (TORRES, 1982a, p.92)

Finalmente, àquelas “individualidades” caberia ordenar e instruir as bases da sociedade, para a preservação da Nação, pois:

Povoar um território sem educar o homem para a produção econômica, sem organizar o trabalho, importa roubar à terra e causar mal ao homem, fazer das populações infecções corroedoras da superfície do solo.(TORRES, 1982b, p.109)

Em Alberto Torres, encontramos por vezes, a imagem da Educação como “força motriz” da sociedade; no entanto, é importante salientar que

parece admitir uma hierarquia de conhecimento dentro da sociedade, uma divisão entre os homens, estabelecida pelos seus níveis de educação. Nessa direção encontramos críticas do Autor à educação destinada às nossas elites e ao povo, admitindo sempre a existência de um grupo privilegiado e esclarecido, distinto na sua formação, responsável pela “reeducação” da sociedade.

## **2.2 Educação e Elites**

Como já assinalamos, o mundo ocidental do início do século XX atravessava um contexto muito particular, nas esferas do econômico, do político e do social. O imperialismo estendia-se pelo mundo capitalista e, para consolidar as novas regras econômicas, fazia-se presente nos Estados e nos Governos nacionais através de representantes simpáticos às suas causas. Fossem setores das burguesias locais ou políticos em cargos e instituições estratégicas, os mecanismos de cooptação e corrupção se mesclavam às relações econômicas e políticas.

Os interesses multinacionais necessitavam, antes de tudo, de aliados internos para sua expansão fora de suas fronteiras. Reside aí uma das características importantes das burguesias nacionais, qual seja, a servirem de instrumentos políticos na consolidação da ordem imperialista.

Para Alberto Torres, as nossas elites se prestavam a esse papel, representavam e reproduziam aqui as concepções econômicas e culturais dos países “adiantados”. Fruto da cultura moderna, germinavam entre nós, com “colossal” desenvoltura, valores externos ligados à uma ótica individualista,

dando às idéias burguesas uma feição universal, que se sobrepunha a qualquer outra dimensão da esfera humana:

... toda a cultura da civilização contemporânea consiste em desenvolver no indivíduo o maior grau possível de audácia, de autoridade, ou de sugestão, para exercer sobre outros homens o maior grau possível de força, de conquista, ou de domínio. (TORRES, 1982a, p.140)

Na sociedade brasileira, a assimilação dessas concepções se fazia através de uma nova “classe” de indivíduos, com hábitos próprios e particulares:

... a implantação de uma hierarquia argentária ... a isso, o gosto pela imitação dos costumes superficiais das sociedades adiantadas, que é a concepção vulgar da civilização, acrescenta os estímulos do amor ao conforto exagerado, ao luxo, às ostentações da vaidade. (TORRES, 1982a, p. 127)

E advertia para uma questão muito típica ao Brasil:

O grande perigo das sociedades novas é a oligarquia timocrática prevalecendo na vida real, sobre a democracia nominal da lei. (TORRES, 1982a, p.128)

A lógica do desenvolvimento capitalista, processando-se nos grandes centros urbanos, amparada nas instituições dos serviços, bancos, comércio e fábricas, era para Alberto Torres, além de fomentadora de sentimentos nocivos aos “brasileiros do campo”, prenunciava entre nós crises que já ocorriam, nos países “adiantados”:

... da multidão de gente, enfim, que, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Alemanha, na França, em todos os países civilizados, não se submete mais, apenas de posse de um diploma de primeiras letras, aos trabalhos da lavoura, correndo a procurar, nas cidades, empregos e negócios de vida fácil. (TORRES, 1982a, p. 53)

E alertava para as suas consequências:



Os países mais civilizados são também os mais corruptos; suas capitais são sedes de vícios e de dissolução; suas sociedades, centros de corrupção e de venalidade. (TORRES, 1982b, p.124);

Da sua perspectiva, os valores individualistas característicos da ética capitalista tinham na Educação uma das suas mais importantes disseminadoras. A instrução “abria” caminhos para o abandono dos campos, da ética frugal e coletiva da vida rural, em direção ao mundo corrompido das relações urbanas. O individualismo burguês se amparava nessa cultura hedonista, e o fator educacional reforçava a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, reafirmando os preconceitos contra as camadas pobres da população:

E, como a produção e o trabalho não são representados na sociedade senão pelos seus elementos menos cultos — quase bisonhos, em sua simplicidade, e perdidos, em sua maior parte, no isolamento do campo e das cidades remotas — os letrados, os homens de imprensa, os profissionais diplomados, os políticos, os governantes — órgãos de um pensamento, literário e científico, importado, e sem adaptação, e advogados dos interesses dos que conseguem fazer-se ouvir, gozando de prestígio social e dispondo, em suma, dos instrumentos de publicidade — fazem a obra nefasta do parasitismo, sobre a planta robusta da exploração comercial.(TORRES, 1982b, p. 102)

Com a cumplicidade da escolarização, toda uma divisão social se estabelecia e consolidava. As elites brasileiras se escoravam no privilégio de possuírem um diploma para construir uma sociedade à sua imagem e semelhança. No Brasil, o regime republicano constituía-se, nessa ótica, em um mundo à parte, esnobe e avesso a qualquer questão que não dissesse respeito a si mesmo, ou ao seu funcionamento e sobrevivência, completamente ignorante das questões sociais:

O regime de opinião depende de um certo grau de cultura e de um grau maior de civismo. Possuimos ilustração em escala mais elevada do que a civilização. Ao passo que o nosso povo conta uma imensa massa de analfabetos e, sem incluir os indígenas, de indivíduos ainda em estado material e moral de selvageria, o número de intelectuais é avultado e notável é a elevação de seu preparo. Mas, no intelectualismo, a forma erudita e ornamental predomina sobre a forma intensa e raciocinante. Saber muito e dizer bem é o ideal cultivado pela maioria dos que estudam: poucos se preocupam com o formar uma filosofia prática e ter opinião sobre os problemas; quase todos afetam, sobre as coisas da política e da vida pública, a indiferença característica das culturas e decadência. Os que não usam da cultura como simples arma de combate pessoal, mantêm-se no terreno das fórmulas vagas e das teorias abstratas, onde não correm risco de perder simpatias e popularidade. Há um propósito de abstenção visível, no meio intelectual, que deveria exercer a iniciativa da discussão e dar impulso às correntes de idéias. Os intelectuais brasileiros consideram o preparo que possuem um meio de êxito pessoal, sem o ligar a nenhum dever, a nenhuma responsabilidade de ação e direção social.

A opinião dos povos modernos, onde a produção intelectual é escassa, é feita pelo jornalismo; mas o jornal, não é o órgão de direção, senão instrumento de impressões e de conselhos rápidos, variáveis, naturalmente superficiais e versáteis.

Para a realidade do regime representativo, no sentido de expressão da natureza mental do povo, é indispensável que se formem correntes de opinião; para que estas se formem, é necessária a existência de um centro, ou de centros intelectuais ativos, operando com energia e com liberdade. Os partidos e agrupamentos políticos são forças de repulsão das personalidades definidas e de esmagamento da liberdade de pensar.

Um país precisa desenvolver suas forças intelectuais com o mesmo esmero com que deve desenvolver suas forças econômicas; da intensidade e influência das faculdades mentais de um povo, cultivadas racionalmente, e exercidas com liberdade e civismo, depende a eficiência de tudo mais...(TORRES, 1982a, p.90)

E atacando ainda mais a espécie de formação intelectual das nossas elites dominantes, prossegue:

...para mostrar uma das manifestações da enfermidade nacional — mal superficial de educação, mas dominante em toda a extensão dos nossos sentimentos, das nossas idéias e dos nossos atos: a tendência à retórica da nossa mentalidade —

— decorativa na arte, mnemônica no saber, farisaica na aceitação, na cópia, na interpretação e na aplicação de idéias e de sistemas; bizantina, no culto material da forma; quase supersticiosa, no amor a conceitos e fórmulas. Textuais no que sabemos, exegetas e glosadores, no que produzimos, obcecados de idéias alheias e de ilusões, vivendo o romance dos nossos devaneios e das nossas imagens, literárias, idólatras de homens e de nomes próprios, céticos para os ideais concretos, surdos ao otimismo que demanda esforço e ordena o exercício da vontade, crédulo às mais extravagantes fanstasias e artificiosas teorias; afetando descrença na virtude, na seriedade, no trabalho; confundindo ouropéias e lantejoulas com a arte; admiradores dos torneios e das argúcias da política pessoal e partidária; entusiastas de um progresso de palácios sem arquitetura e cidades ostentosas, sem delineamentos e sem enquadramento artístico sobre o fundo da natureza, vamos sacrificando o que já havíamos conquistado, em apuro superior, na arte, em elevação e profundidade, nas inteligências, em iniciativas, em autonomia e em força produtiva, nos caracteres.

O gosto pela música ligeira, por efeitos vistosos, por cores e luzes vivas, pelo luxo; um teatro de bambochata: todos os ruídos atordoantes da vaidade e do mercantilismo abafam os impulsos para as formas superiores da civilização e da cultura. (TORRES, 1982b, p.125)

Dessa forma,

A mescla, que não conjunto, e, ainda menos, síntese, das idéias e dos móveis da nossa vida pública, apresenta-se, assim, na formação das opiniões e dos atos — como o baralhamento das perguntas e das respostas, no jogo popular dos disparates — tecendo e confundindo, descontraidamente, duas correntes artificiais estranhas à vida positiva da sociedade: de um lado, a ideação — literária, ou pelo menos, teórica, dos intelectuais de todas as cores, jurídica e formalística, dos políticos matizando a atmosfera da nossa mentalidade com o íris das mais vistosas teorias; do outro a força dos interesses, movendo as pessoas, distribuindo-as, separando-as, reunindo-as, sob os galhardetes dos mais brilhantes programas, mas agindo todas nas mais desafinadas, furiosa, atroadora e desconcertante balbúrdia. (TORRES, 1986b, p.86)

Com isso,

A vida cerebral do Brasil gira em torno de dois centros: o mundo dos intelectuais e o dos governantes; os escritores, os professores, homens de letras e de ciência, os artistas, no primeiro grupo; os políticos, os administradores, os

funcionários, no segundo. E essa vida interiormente alheia à vida da sociedade, reflete-se, entretanto, no pensamento de todos, sob as formas do diletantismo e do pessimismo, que traduzem a sensação indefinida de que essas coisas não são as que deveriam interessar, mas com esta sensação, uma extrema perplexidade na consciência e no caráter social. A desorientação é característica da nossa época, em toda a parte e, assinaladamente, nos centros cultos das velhas civilizações....

A imensa atividade intelectual contemporânea trabalha, quase toda, numa região atulhada de destroços, entre tentames factícios ou abortivos de construção...(TORRES, 1982b, p.86)

E conclui:

Toda a nossa cultura, bebida em tais fontes, esterilizou-se, na dubiedade das descrença, ou obstruiu o caminho, diante dos passos, com a concepção de novos e rígidos sistemas. A inteligência contemporânea ficou sendo uma inteligência híbrida, incapaz de procriar.(TORRES, 1982b, p.86)

Assim, o contínuo estado de desorganização do Brasil e a sua incapacidade para sair dessa situação encontrava suas causas, paradoxalmente, no seu entender, nos desvios e “excessos” da nossa formação cultural:

a causa real da decadência dos herdeiros, como a da decadência dos descendentes dos primitivos povoadores, está na facilidade da vida, no desconhecimento das condições da adaptação cósmica e consequente falta dos fatores de organização e desenvolvimento progressivo da sociedade, na ausência de igual apoio governamental e, principalmente, nos vícios da educação, que, de meio de aprendizagem de virilidade e de energia, que deveria ser, fez-se aula atrofiante de memorização e pedantismo.

As novas gerações nacionais esquecem as lições de empreendimento e de trabalho para aprender flores de retórica e ambicionar as doçuras do parasitismo.(TORRES, 1982a, p.116)

Uma formação que, aliada a outros fatores, teria gerado a existência de dois “Brasis”:

Temos, enfim, todos os aparelhos e processos de governo, incolores, neutros, vagos, inadequados, que se encontram por

toda a parte: mas, por entre esta organização complicada, e, por vezes, luxuosíssima, a vida do homem, a sua alimentação, os interesses da economia social, a distribuição da riqueza, a circulação comercial e monetária, a educação física, moral e cívica, debatem-se de encontro aos mesmos obstáculos das mais atrasadas sociedades e vão encontrando maiores tropeços, nas próprias construções desta aparente civilização. Ao lado de um certo, embora desorientado, cuidado por melhoramentos materiais, não aprendemos a arte, primordial e muito mais difícil, de civilizar e cultivar o homem. Os melhoramentos materiais não são, para um país, senão a ossatura, a que só um povo, sólido, instruído e enérgico, dá músculos, nervos e sangue. Não é nas escolas e nas academias que se cria este povo: é na educação pelos costumes, pela política pela circulação de idéias práticas, pela legislação econômica e fiscal, pelo estímulo ao trabalho, pela segurança da remuneração, pela supressão dos incentivos à ociosidade e ao ganho fácil e ilegítimo de empregos e de fortunas. A formação de uma sociedade e a seleção de seu caráter resultam do critério, nela dominante, sobre o valor do homem; dos modelos que ela apresenta de prestígio, de estima, de respeito. (TORRES, 1982b, p.90)

### **2.3 Educação e “Questão Social”**

Dadas a urgência de corrigir o quadro social desarmônico do Brasil de seu tempo e a incompetência das suas elites políticas, econômicas e intelectuais para resolver a chamada “questão social”, Alberto Torres concebe o Estado como instrumento forte e operante para organizar a sociedade, corrigir e administrar as desigualdades sociais. Nessa direção, proclama:

Extinguir a miséria e assegurar a todos os usos dos meios próprios para dar livre expansão às aptidões, é a grande missão das democracias modernas. (TORRES, 1982a, p.127)

E acrescenta:

O papel dos governos consiste neste ponto, em defender os indivíduos contra os abusos do individualismo, a sociedade contra seus déspotas espontâneos: em fazer a polícia da vida nacional e econômica contra os privilégios, os monopólios... (TORRES, 1982b, p.118)

A presença do Estado seria fundamental, já que:

As medidas de “legislação social” alcançam, hoje, nos países cultos, vastíssimo domínio, em todas as formas de vida; não há, talvez relação política, jurídica, econômica, moral a que o Estado não leve o apoio de sua força coletiva, para manter a homogeneidade social, ou para animar e favorecer a iniciativa, o esforço, a cultura, a instrução, o progresso individual. (TORRES, 1982a, p.50)

E ,especialmente em relação à democracia brasileira, afirma:

Há um duplo dever a cumprir, para com a nossa população atual: um dever de educação e um dever de assistência econômica e social.(TORRES, 1982a, p.132)

Convém lembrar que, para o Autor, o quadro de desagregação social e, a alienação por parte das nossas elites, a ausência do sentimento patriótico e o baixo nível de vida do povo brasileiro estavam intrinsecamente ligados à ordem econômica que fomentava as aspirações à riqueza fácil e desvalorizava atividades fundamentais:

Como fonte de fortuna pessoal, as produções de exportação exercem, por outro lado, dentro do país, a influência desastrosa de atrair ambições, drenando braços e capitais para a monocultura, com abandono das indústrias de consumo e das culturas. (TORRES, 1982a, p.145)

Aponta, então, a presença do Estado como financiador do modelo agro-exportador,

...com um imposto, um porto, uma estrada de ferro, o legislador estimula, favorece, anula ou enfraquece uma fonte de riqueza , uma região, uma classe. O desenvolvimento das cidades e o protecionismo industrial atraem populações e capitais dos campos para os grandes centros.(TORRES, 1982a, p.144)

E conclui que, no Brasil,

A lei e a administração são fontes permanentes de desigualdade e de privilégios.(TORRES, 1982a, p.144)

O grande problema social que Alberto Torres vislumbrava era o crescimento dos grandes centros urbanos, marca típica dos desdobramentos econômicos que se operavam, e que era alimentado pelas massas sub-instruídas do campo. Daí que, no trato dos nossos problemas, quando se refere às condições de vida do povo, incluía sempre a problemática educacional.

Em nosso caso, repetimo-lo as grandes causas de fraqueza física são principalmente de três naturezas: cósmico-sociais, decorrentes da falta de estudo do clima e das condições da vida são em nossos meios, [...] das sucessivas transformações meteóricas e climatéricas; escassez e impropriedade dos alimentos; e causas econômicas, sociais e pedagógicas, relativas à prosperidade e à educação do povo.(TORRES, 1982b, p.83)

Se por um lado, a educação destinada às nossas elites pecavam pela falta de estímulo às atividades práticas e ao espírito empreendedor, também a educação oferecida ao povo trazia desvirtuamentos que agravavam a nossa situação social:

Nunca tivemos política econômica, educação econômica, formação de espírito industrial, trabalho de propaganda e de estímulo para a aplicação das atividades. Organizamos, pelo contrário, uma “instrução pública” que, da escola primária às academias, não é senão um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo...

Com a sua escassa polícia e a sua insuficiente justiça, o Brasil pode-se -ia dizer um país em estado de anarquia, com ordem e direitos espontaneamente mantidos pela honestidade popular. [grifo do autor] (TORRES, 1982b, p.129)

A esse propósito, considerava que:

O analfabetismo ou o simples ensino, mais pernicioso que útil, do alfabeto e das quatro operações, a carência dos primeiros elementos da saúde e da vida moral, do senso, da iniciativa e

da ambição, fazem do nosso povo um imenso rebanho de corpos exangues e de almas desfalecidas. (TORRES, 1982a, p.128)

E, que entre outras coisas,

...nosso povo não possui ainda habitação conveniente, [...] pouco conhece dos hábitos e dos instrumentos favoráveis à saúde, não tem educação de espécie alguma; e a pouca instrução que recebe é antes de ordem a lhe perturbar o espírito na solução dos problemas práticos e a desviá-lo dos cuidados reais e dos pensamentos positivos da existência, que lhe abrir os olhos e lhe mostrar o caminho, para a conquista do vigor do corpo e da mente.(TORRES, 1982b, p.79)

Assim, o propósito de “reorganização” do país, para alçá-lo ao rol dos países “adiantados”, se frustravam dada a impossibilidade de inserção de setores sociais à causa:

Os apelos filantrópicos da política dirigem-se, assim, para o proletário e para o selvagem. Em meio a esses dois extremos, o problema popular profundo, o da sorte da grande massa da nossa gente já incorporada à sociedade, vai desenrolando, em permanente cosmorama cinematográfico, o curso de um povo que se dissolve: progredindo em luxo, em ambição fácil, em vaidades, em fatuidades, em despreocupação das coisas sérias, nas classes elevadas — menos cultas e menos civilizadas, em geral, que as das gerações que nos precederam —, e ociosa, indolente, dominada pelo vício, pelo álcool, pelo jogo, exposta a toda espécie de infecções, nas classes inferiores. O problema da cultura do indivíduo e o da construção estrutural da sociedade continuam a ser assuntos em branco em nossos anais.(TORRES, 1982a, p.48)

Atribui às elites políticas a responsabilidade desse estado de coisas:

Quanto ao povo, à geração atual da sociedade brasileira [...] uma fração deliberadamente abandonada, confessadamente desprezada, conscientemente condenada por incapacidade física e por incapacidade moral pelos que o dirigem; caluniado por vezes até no espírito, no caráter, na probidade, pelo grupo de seus filhos que sabe falar e escrever, este povo só tem por necessidades a impor a seus governantes a justiça, por um lado, às suas qualidades, e uma severa, mas humana e nobre, política de educação para o trabalho. O sacrifício das gerações de brasileiros, na luta com as forças de colonizadores e do



capital, não é um fato étnico, é um fato social, que se reduz, por fim de contas, a um fato político, porque é obra de governos.(TORRES, 1982b, p.109)

Enfatizando que:

Nenhum povo tem melhores estímulos morais e mais alta capacidade moral que o nosso. Entre poucos, a vida pública terá chegado, entretanto, ao mesmo estado de aparente licença e desmoralização ... Não há problemas exclusivamente biológicos, psicológicos, jurídicos ou morais na vida do homem; há problemas humanos e problemas sociais; não há conflito entre as ciências e as artes do mundo: há erros, na síntese das idéias especiais que se devem conglobar em conceitos genéricos relativos à atividade humana, ou erros de aplicação. Na vida social todos os ramos do espírito e do caráter convergem, na prática, para uma arte geral: a Política.(TORRES, 1982a, p.45-46)

É importante assinalar que, para Alberto Torres, implantar uma Nação rica e próspera só seria possível através de uma intervenção no seu mecanismo econômico e em seus agentes, uma vez que estes últimos lhe apareciam claramente como opositores e porta-vozes de forças desagregadoras.

Todo o problema da vitalidade de uma nação depende, entretanto, do esforço por criar e cultivar o homem são e o homem útil.

Os espíritos frívolos afetam, em face dos problemas sociais contemporâneos, o ceticismo de os considerar meras especulações sentimentais, Para eles, a propaganda pelo bem-estar e pelo desenvolvimento do proletariado é uma preocupação romântica, simples aspiração de ideólogos...

O valor de um país, feito com a criação de fortunas, nunca atingirá a importância do valor formado com a generalização da riqueza. (TORRES, 1982b, p.134)

As virtudes do mundo rural e a educação como mecanismo de controle social aparecem em Alberto Torres como os meios adequados à resolução das questões de caráter social:

Poder-se-ia , talvez, temer que os proletários, aglomerados nas cidades, não aceitassem, de bom grado, a volta ao

trabalho rural; e que a falta de preparo e indolência a que se habituaram trouxessem certa dificuldade à execução da idéia. Mas, a própria relação entre a aptidão do homem e o trabalho contém implícita a tendência do maior número para os trabalhos da terra. A propriedade é, além disso, uma sedução poderosa, e se ao incentivo que ela gera, se juntasse um certo cuidado por tornar a existência agradável nos centros agrários, dispersando-se um pouco, pelas cidades e vilas do interior, em obras de saneamento e modestos melhoramentos, o que se despende, em obras luxuosas e despesas improdutivas, nas capitais, dando-se além disso, educação profissional aos pequenos lavradores, a experiência venceria rapidamente os primeiros obstáculos e se consolidaria. (TORRES, 1982a, p.132)

E continua:

E se os governos velassem pela educação e seleção intelectual da sociedade, facilitando aos capazes menos afortunados o acesso às escolas e aos cursos superiores, e dificultando quanto possível, o curso acadêmico aos que só o alcançam graças ao privilégio da riqueza paterna, poder-se-ia dizer que estaríamos em véspera de realizar uma verdadeira democracia moderna, onde nenhum braço, como nenhum cérebro, se poderia, na inércia, ou por abandono. (TORRES, 1982a, p.133)

Finalmente, revela os elementos fundamentais do seu projeto de sociedade ideal:

Demos terras a todos os homens válidos; instrução primária, a todos os que podem ver e ouvir; instrução secundária e superior, a todos os que são capazes, não dando a nenhum que o não seja; educação social e profissional, também a todos; e não temamos o futuro. O Brasil é um país destinado a ser o esboço da humanidade futura. (TORRES, 1982a, p.135)

## Conclusões

### A “Questão Social”, ontem e hoje: a lição de Alberto Torres

Retomamos aqui o nosso ponto de partida, segundo o qual a “questão social” tem a sua existência concreta diretamente relacionada com o capitalismo, uma vez que aparece como uma objetivação das circunstâncias em que este se baseia e se sustenta, ou seja, a existência de um campo formal e real onde se legitimam as relações de troca erigidas sobre a propriedade privada, a divisão dos processos produtivos e a desigualdade de classes.

Em sendo a democracia o mecanismo jurídico, aperfeiçoado ao longo dos séculos, que melhor responde às necessidades desse sistema, parece-nos que é no interior de seus limites que devemos entender a abordagem “burguesa” das desigualdades sociais, consubstanciadas naquilo que chamamos de “questão social”.

E dado esse sentido político, inerente à “questão social”, as burguesias dos países hegemônicos, há muito mostraram “sensibilidade” à essa situação, por elas criada, e procuraram assimilar o impacto, potencialmente desestabilizador, que a desigualdade das relações impostas pelo sistema capitalista oferece à própria manutenção dessa ordem.

Cabe entretanto resgatar, fora dos limites da democracia burguesa, a perspectiva da classe trabalhadora, vítima e personagem concreta da “questão social”, em qualquer tempo, em qualquer sociedade, e reclamar o caráter apenas formal da democracia na garantia de seus direitos.

Hoje, encontra-se, como assinalamos de início, em pleno processo de desmonte o “Estado de Bem-Estar”, que foi a resposta mais sofisticada que o capitalismo elaborou, ao longo de sua existência, como mecanismo de reduzir conflitos sociais. A realização plena desse modelo de Estado só se consubstanciou nos países do Primeiro Mundo, e num tempo em que estes estavam mergulhados em prosperidade econômica (a chamada “Era do Ouro”), na qual o excedente propiciava “desvios” de recursos para gastos sociais, previdenciários e trabalhistas.

Não podemos ignorar, na concretização dessa espécie de “avanço”, o papel desempenhado pelos movimentos trabalhistas de décadas. Numa perspectiva política mais ampliada, o *Welfare State* europeu ocidental precisava e pretendia ser a antítese bem sucedida do modelo socialista soviético, neutralizando sua capacidade de produzir abalos na ordem econômica hegemônica. (HOBSBAWM, 1995).

As tentativas de consolidação de um sistema social democrático no Brasil vêm encontrando grandes dificuldades. As garantias individuais e o acesso aos direitos políticos em sua integralidade são, na sociedade brasileira, privilégios exercidos pelas classes médias e urbanas. Os trabalhadores do campo, na sua maioria, considerando todo o território nacional, estão sob o controle dos “coronéis” e de seus grileiros, verdadeiras tropas paramilitares alistadas nos campos, para garantir a autoridade dos grandes proprietários de terras. Por outro lado, as classes populares urbanas, vivendo geralmente nas periferias das grandes cidades e em baixíssimas condições de vida, esquecidas

pelos poderes públicos, transformam-se em reféns de grupos marginais, que estabelecem uma relação de submissão e cumplicidade forçada entre o crime organizado e as massas trabalhadoras.

Em sendo a democracia um imperativo formal e não necessariamente real para a reprodução da ordem econômica capitalista, as desigualdades que tendem a aparecer como consequência daquelas relações necessitam apenas de uma justificativa formal; justificativa esta que não encontra base sólida, quando discutida à luz da realidade que envolve as relações capital-trabalho.

Como já apontamos nesse trabalho, a implantação da ordem burguesa no Brasil se fez através de mecanismos peculiares, atendendo imperativos determinados, e estes importavam mais que os meios. Uma das singularidades da sociedade brasileira, na implantação do capitalismo entre nós, foi o “viés elitista e anti-democrático das classes dominantes brasileiras” (VIOTTI, 1985). Ele acabou estabelecendo os parâmetros operacionais utilizados para a implantação da democracia, enquanto instituição política, e condicionou o comportamento de nossas elites em relação aos movimentos populares e de trabalhadores. Assim, ao construir uma sociedade alicerçada sobre frágeis bases populares, políticas e institucionais, a burguesia nacional, quando vê ameaçada a propriedade privada ou percebe o acirramento das contradições entre capital e trabalho, não hesita em reorientar o sistema político em direção à ditadura.

O último período de “redemocratização” da sociedade brasileira, em meados dos anos 80, alcunhado de Nova República, e que foi marcado pelo

sugestivo mote “Tudo pelo Social”, tentou colocar na agenda política brasileira uma reorientação do Estado em direção à “questão social”, relegada a um segundo plano e agravada nos governos militares.

Nesse momento, ao lado de planos demagógicos, como a distribuição gratuita de leite, o discurso educacional retorna à cena, como ferramenta estratégica nos planos governamentais. Analisando a política educacional do governo Sarney, as educadoras Mello e Neubauer, apontavam, no início desta década:

Em que pese (*sic*) os avanços representados pelo processo constituinte e o capítulo de educação da Carta Magna que forneceu o arcabouço institucional necessário às mudanças de maior fôlego, os resultados mais palpáveis do período se limitaram aos índices quantitativos e aos programas assistenciais como merenda e livro escolar.

A tônica quantitativa foi sugestivamente simbolizada no programa Educação para Todos ao qual muitos segmentos do setor acrescentaram o termo **melhor** [grifo das autoras] conscientes do abismo para onde caminhava o sistema educacional agigantado e cada vez menos eficiente. O assistencialismo, agora maquiado com o nome de “resgate da dívida social”, se expressou claramente nos programas destinados aos meninos de rua, enquanto milhões de meninos e meninas que estavam na escola continuavam à mercê de professores despreparados e mal pagos, de prédios arruinados, nos quais a ausência dos requisitos mínimos praticamente impedia de chamá-los de escolas.(MELLO e NEUBAUER, 1992, p.8)

No entanto, o processo de democratização da sociedade brasileira mostrava-se complexo demais para se sustentar apenas em iniciativas demagógicas de oligarquias reunidas em torno do governo central, e a bandeira do “resgate da dívida social” brasileira envolveu amplos setores das classes médias e populares, dos intelectuais aos operários e camponeses, que

propiciaram a entrada, na cena pública, de novos e combativos movimentos sociais.

Mas, a “conciliação” que marcou o arranjo político em que se forjou a Nova República dos anos 80, caracterizava-se pela tendência histórica das elites brasileiras em manter distante das grandes decisões nacionais a esmagadora maioria da população, e manifestar ojeriza pelas reivindicações dos setores da sociedade civil.(DEBRUN, 1983

Com o ressurgimento, na cena pública, de amplos movimentos sociais, os grupos que sustentavam o governo Sarney, e o regime de “transição”, retomaram e reconstruíram uma velha e “autoritária” concepção, na abordagem das reivindicações populares. A esse propósito, Octávio Ianni aponta:

A verdade, no entanto, é que grupos e classes dominantes, associados com militares e policiais, continuam a criminalizar amplos setores da sociedade civil, principalmente as manifestações mais firmes de trabalhadores da cidade e do campo. Auxiliados por uma parte dos meios de comunicação de massas e da indústria cultural, insistem em desqualificar e reprimir as reivindicações populares. Classificam as mais óbvias manifestações da questão social como problemas de “violência” urbana e rural. Afirmam cotidianamente que a violência é a do outro. As lutas pela terra, trabalho, salário, saúde, moradia, educação, transporte podem facilmente ser submetidas à ação repressivas de policiais e militares. Suscitam na opinião pública a impressão de que o grande problema de todos é a violência de setores populares, movimentos sociais, sindicatos ou partidos que lutam pelas reivindicações dos trabalhadores. Criam as condições ideológicas e práticas para que se apliquem medidas de “segurança”, isto é, repressão. Apresentam essas medidas como necessárias, urgentes, normais. Assim se realiza a metamorfose da questão social em questão de polícia. (IANNI, 1989, p.119)

Em determinados momentos da nossa história, entretanto, o Estado brasileiro ensaiara um papel de mediador, através das políticas sociais, “na tentativa de responder às necessidades populares, manifestadas particularmente nos centros urbanos”(VIEIRA, 1983, p. 14). Entre esses momentos, podemos citar aqueles períodos em que se necessitou implementar e efetivamente acelerar o crescimento econômico no país, como no início da década de 30, com as legislações trabalhistas da era Vargas, e posteriormente, durante o seu segundo mandato presidencial, a partir de 1951. Esses momentos significaram que, tal como as políticas econômicas, as questões sociais em certa medida começavam a fazer parte do aparato legal e jurídico do Estado, contando inclusive com uma burocracia especializada para dar conta de seu ordenamento, como condição para a “harmonia social” e a ampliação do mercado consumidor brasileiro.

A construção dessa estrutura percorreu toda a chamada fase “populista - nacionalista” dos governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, sendo posteriormente desmontada pela ditadura militar.(VIEIRA, 1983).

O governo da transição civil, de meados dos anos 80, tentou restabelecer uma linha de intervenção do Estado em relação à sociedade, para minorar a situação de indigência e miséria de grande parte da população brasileira. Entretanto, fez isso de maneira mais retórica do que prática,



centrado em soluções assistencialistas, e com preocupações exclusivamente quantitativas.<sup>36</sup>

O início dos anos 90 marca, no entanto, para a sociedade brasileira, particularmente nos setores Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social, uma guinada conservadora em relação aos tímidos passos que vinham sendo dados na administração Sarney. O primeiro governo, democraticamente eleito após vinte anos de regime militar, na pessoa de Fernando Collor de Mello, propôs-se a levar o país ao Primeiro Mundo e, assim, resgatar a cidadania dos milhões de miseráveis que perambulavam pelo país afora; os “descalços” e “descamisados”.

Porém, logo essas promessas mostraram sua verdadeira face: uma preocupação com resultados meramente econômicos, explicitamente voltados para os interesses do capital financeiro internacional e da “globalização” dos mercados. Amparado num discurso em prol de um Estado “mínimo”, afinado com as exigências do capitalismo internacional, a tônica do governo Collor foi a empresa de desmonte das já combalidas estruturas estatais de amparo social.

Dessa forma, o processo de reordenamento das políticas sociais, via Estado, sofreu um grave revés na administração Collor, que realizou a façanha de piorar aquilo que herdara do regime de transição civil:

...o início desse governo revelar-se-ia uma repetição — aperfeiçoada em seus aspectos mais clientelistas, casuísticos e imediatistas — dos padrões de gestão que marcaram a década de 80, responsáveis por montar e azeitar os mecanismos de pulverização de recursos, segmentação de fontes de financiamento e manipulação política que caracterizariam o

---

<sup>36</sup> Reforçando, por exemplo, o papel de entidades estatais filantrópicas, como a LBA.

Neste final de século XX, como afirmamos na Introdução, a atuação dos governos democráticos no Brasil tem sido no sentido de acelerar as chamadas “reformas do Estado”, para ajustar o mais rápido possível o país aos interesses ligados à mundialização da economia. A herança de corrupção e caos, deixadas pelos governos militares e pelas administrações posteriores ligadas a grupos conservadores, levaram as estruturas administrativas brasileiras (os estados da federação, os municípios e o própria máquina federal) à completa falência. Essa situação vem servindo de argumento para a “demonização” do Estado e a supressão das políticas sociais. Desenvolve-se, assim, uma campanha que visa legitimar as políticas de cortes dos gastos sociais e de privatização dos serviços essenciais, transferindo essas responsabilidades para a iniciativa privada.

Veiculando esse discurso, os governos brasileiros dos anos 90 concentram suas atenções nas questões econômicas, que repetem os mecanismos “recomendados” pelos fóruns internacionais, promovidos pelos grandes blocos econômicos. Para fazer valer essas prioridades e possibilitar as reformas estruturais básicas para o funcionamento do capitalismo planetário, acaba por evidenciar um descaso para com as massas excluídas desse processo: os desempregados, os sub-empregados, os sem-tetos, os migrantes, os menores, etc...

Sob o pretexto de alcançar o mundo desenvolvido, as elites brasileiras deste final de século utilizam sofisticados recursos para a imposição do seu projeto. Destaca-se entre eles a mídia, como um poderoso instrumento de expansão de idéias e de controle social. Os complexos recursos audio-visuais do presente são exaustivamente usados em favor dos objetivos e interesses das políticas governamentais.

Esse suposto “poder paralelo” da mídia apresenta-se, no momento atual, como um importante mecanismo político contra os interesses das classes sociais mais desfavorecidas. No período que investigamos, a escola era concebida como salvaguarda e salvadora da sociedade, uma instituição através da qual se faria a restauração da moral, da ordem e do desenvolvimento da sociedade; mecanismos pelos quais a “questão social” se resolveria, através do ensino rural, para a fixação do homem no campo, da aprendizagem para o trabalho etc.... Hoje, o recurso ao educacional já não interessa nem mesmo para alfabetizar os milhões de analfabetos que o país ainda esconde, pois eles estão excluídos do desenvolvimento econômico, como produtores e como consumidores..

Na prática, o exercício da cidadania permanece monopólio de uma minoria instruída, que usufrui dos benefícios da alta tecnologia, que as elites políticas econômicas e culturais privilegiam, e para as quais dirigem suas mensagens doutrinárias; é esse reduzido grupo de pessoas que o capital necessita para consolidar a chamada “globalização”. Para os problemas do restante da sociedade, são adotadas medidas desmobilizadoras, paliativas e de

curto alcance. O caráter político da pobreza é ainda nos dias atuais visto como uma situação meramente disfuncional, e quando o acirramento dos conflitos explodem, são escancaradamente usadas medidas de caráter repressivo, assumindo a feição de “caso de polícia”.

Numa aproximação com o pensamento de Alberto Torres, vemos ainda uma tendência a justificar teóricamente e se processar em reformas políticas e econômicas “pelo alto”. O Autor, na sua proposta de “reforma constitucional”, concebeu uma instância jurídica que denominou *Poder Coordenador*, para “assessorar” a Presidência da República, cujos componentes teriam assentos vitalícios e seria “composto de tantos membros, quantos forem necessários [...] até o máximo de vinte, eleitos por um eleitorado especial...”(TORRES, 1982a, p. 259), ou seja, um restrito grupo de “iluminados”, cuja função seria dirigir a Nação. Não é o que constituem hoje os “pais do Real”, última expressão da tecnocracia que se instalou no poder desde o período militar?

Os embates políticos da atualidade deixam transparecer que a tendência autoritária não conflita com o desmonte do Estado Nacional, porque o substituiu pelos grandes organismos internacionais financiadores, que impõem modelos de gestão econômica, política e social.

Essa centralização de poder e a arrogância dos governos recentes, que se apresentam como os únicos, legítimos e competentes agentes do encaminhamento dos problemas da agenda social brasileira, expressam-se, por exemplo, em destemperos verbais como a denominação de “neoburros” aos adversários da internacionalização sem limites.

Diante de sua desorganização, o Estado Nacional, parece estar a cada dia perdendo mais a sua capacidade de mediação política, é a sociedade civil, nas organizações de pequenos empresários, intelectuais, sindicatos, estudantes, movimentos organizados de trabalhadores, desempregados, sem-tetos etc...que procuram encontrar soluções para a “questão social” deste fim de século.

É importante salientar que, embora o ruralismo tenha sido a muito tempo abandonado como ideologia, é sintomático o apoio político que o movimento de reforma agrária recebe, hoje, de amplos setores da sociedade civil. Sustentando esse apoio, está a crença de que os assentamentos rurais contribuirão para a solução dos problemas das grandes cidades (desemprego, violência e mendicância), fixando ou levando o homem para o campo. Se não é vista mais como solução para os problemas econômicos do país (como se concebia nos anos 60), permanece a convicção da sua utilidade para neutralizar os efeitos desastrosos da crise social brasileira, de ontem e de hoje.

Alberto Torres apesar do seu “autoritarismo”, ou seja, a sua defesa da centralização do poder do Estado e das instâncias jurídicas, e da sua descrença no auto-governo, em momento algum concebeu a “questão social” como um “caso de polícia”<sup>37</sup>.

Hoje, como apontamos, o novo padrão de gestão do Estado, além do descaso pelos problemas sociais, não dissimula a tendência ao uso da

---

<sup>37</sup> Ao contrário, insurgiu-se contra essa espécie de interpretação, assim como contra os interesses do capital internacional, que estariam na base da miséria nacional.

repressão policial contra os marginalizados e os movimentos organizados da sociedade civil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rui Guimarães de. *A Política de Educação de Alberto Torres*. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. vol.II, n. 5, p.212-20 (nov.1944). Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- ARENDT, Hanna. *Da Revolução*. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- BARRETO, Dalmo. *Alberto Torres sociólogo e jornalista*. Niterói: Imprensa Oficial, 1970.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- BULLETIN DES STATISTIQUES DU TRAVAIL* — Bureau International du Travail, Genève, p. 37- 48, 1994/5.
- CARDOSO, Vicente Licínio (org.) *À Margem da História da República*. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 1990.
- CARNEIRO LEÃO, Antonio. *Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras*. (p.15-29). In: CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Recife: Fundaj: Editora Massangana, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: vida social e controle social da classe trabalhadora no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1984. 2 volumes. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- CONTADOR, Paulo. *No Reino dos Desiguais*. In: PROBLEMAS BRASILEIROS, São Paulo, n. 311, p. 4- 7, set./out., 1995.

DEAN, Warren. *A Industrialização Durante a República Velha*. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. — O Brasil Republicano III, 1: Estrutura de Poder e Economia. 5ªed. São Paulo: Difel, 1996. p. 252-283.

DEBRUN, Michel. *A Conciliação e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELEUZE, Gilles. *A Ascensão do Social*. (prefácio p.1-8) In: DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DEPAU, J. *Pauvres, Pauvres Mendiants, Mendiants Valides ou Vagabonds?*: Les hesitations de la législation royale. In: REVUE D'HISTOIRE MODERNE ET CONTEMPORAINE, s/l, n. XXI - 1974.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 - 1890)"*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

———. *O Médico, a Prostituta e os Significados do Corpo*. In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

ENGELS, Friederich. *A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra*. Porto: Afrontamentos, 1975.

FAUSTO, Bóris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

———. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1986.

———. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Ed. Sumaré, 1991.

———. *A Revolução de 30*. 15ªed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.



FINKEL, Sara Morgenstern. *Crise de Acumulação e Resposta Educacional da Nova Direita*. In: TEORIA & EDUCAÇÃO, Porto Alegre, n. 2, p. 3-17, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

———. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENTIL, Alcides. *As Ideias de Alberto Torres*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.

GOMES, Eduardo Rodrigues. *Campo Contra Cidade.: o ruralismo e a crise oligárquica no pensamento político brasileiro, 1910 - 1935*. Rio de Janeiro, 1980. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ.

HOBBSBAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

———. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *A Nova República do Brasil*. In: CUEVA, Agustín (org.) *Tempos Conservadores*. São Paulo: Hucitec, 1989.

———. *A Cidade Global*. In: CULTURA VOZES, Rio de Janeiro, n. 2, p. 25-39, mar./abr., 1994.

———. *A Grande Ruptura Histórica*. In: Cadernos de Problemas Brasileiros, encarte da revista PROBLEMAS BRASILEIROS, n. 318 (nov/dez 1996).

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAMOUNIER, Bolívar. *Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República*. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Republicano II, 2 - Sociedade e Instituições*. 2ªed. São Paulo: Difel, 1977. p.354-74.

LIMA, Antonio Sabóia. *Alberto Torres e Sua Obra*. São Paulo: Ed. Nacional, 1935.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres* (vida e pensamento). Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização no Brasil* (1808-1930) São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (O). In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. V. 65, n. 150 (maio 1984). Brasília: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, p.407-25.

MARSON, Adalberto. *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*, vol. V (1897-1914). São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-78a.

———. *História da Inteligência Brasileira*, vol. VI (1915-1933). São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-78b.

MARTINS, Rui Nogueira. *Tentativas de Organizar o Brasil*. Instituto de Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo. São Paulo, 1956.

MARX, Karl. *O Capital*: (crítica da economia política) livro 1, vol.1. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

MC LAIN Jr., W. Douglas. *Alberto Torres, Ad Hoc Nationalist*. In: LUSO-BRAZILIAN REVIEW, vol.IV, n. 2, p. 17-34, dez. 1967.

MELLO, Guiomar Namó de., NEUBAUER, Rose. *O que pensar da atual política educacional?* EM ABERTO, Brasília, ano 10, n.50/51, p.3-17, abr./set.1992.

MOTTA FILHO, Cândido. *Alberto Torres e o Thema da Nossa Geração*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1931.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: Ed. Pedagógicas e Universitária, 1974.

NETTO, Porfírio Soares. *A Concepção Federal de Alberto Torres*. In: REVISTA DO BRASIL, nº24, vol.VI, (dez.1977).

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: (1777-1808)* 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1985.

———. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial: (séculos XVI-XVIII)* 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

OECD IN FIGURES. Supplement to the OECD-OBSERVER, s/l, nº 194 - june/july, 1995.

OLIVEIRA, Francisco. *A Emergência do Modo de Produção de Mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil*. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Republicano III*, 1: Estrutura de Poder e Economia. 5ªed. São Paulo: Difel, 1996. p.393-414.

PAIM, Antonio. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, Ed. da USP, 1974.

PAIVA, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 2ªed. São Paulo: Loyola, 1987.

PASSETTI, Edson. *Os Novos Miseráveis*. In: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA — Revista da Fundação Seade — São Paulo, vol. 8, n. 3, p. 48-55, jul./set., 1994.

PFAFF, William. *Globalização, uma moda passageira*. In: O ESTADO DE SÃO PAULO - 31/03/1996.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O Proletariado Industrial na Primeira República*. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira — O Brasil Republicano II*, vol.2 -

- Sociedade e Instituições. 2ªed. São Paulo: Difel, 1985.p.137-78.
- PRADO Jr.,Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* - Colônia. 2ªed. São Paulo, Brasiliense, 1945.
- . *História Econômica do Brasil*. 18ªed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- . *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. 10ªed. São Paulo: Brasiliense,1977.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar* - a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.
- . *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos de sexualidade em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCARDUELLI, Paulo. *Prostituição Infantil: retrato vergonhoso*. In: PROBLEMAS BRASILEIROS, São Paulo, n. 306, p. 5-14, nov./dez., 1994.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 6ªed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- TENDÊNCIAS ECONÔMICAS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE — EM GRÁFICOS*. In: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe . — [Santiago do Chile ]: CEPAL; Rio de Janeiro : IBGE: CORECON RIO, 1996.
- TORRES, Alberto. *Vers la Paix — études sur l'établissement de la paix générale et sur l'organisation de l'ordre internationale*. (1ª ed. 1909) 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.
- . *Le Problème Mondial — études de politique internationale*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

———. *As Fontes da Vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Papelaria Brazil, 1915.

———. *A Organização Nacional*. (1ªed.1914), 4ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982a.

———. *O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. (1ªed.1914), 4ª.ed. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982b.

VAINFAS, Ronaldo (org.) *História e Sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VIANNA, Oliveira,. *À Guiza de Prefácio*. In: GENTIL, Alcides. *As Ideas de Alberto Torres*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1932.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. São Paulo Cortez Editora, 1983.

———. *Democracia e Política Social*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

VIOTTI, Emilia. *Liberalismo Brasileiro, uma ideologia de tantas caras* In: Folha de São Paulo - Folhetim, 24/02/1985.p.6-9.

XAVIER, Mª Elizabete Sampaio Prado. *Capitalismo e Escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas, SP: Papirus, 1990.